



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YAN SOUZA BRASIL

**DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA:
COMPARAÇÃO ENTRE A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E CHINA NA
DÉCADA DE 1990**

Porto Nacional/TO
2023

YAN SOUZA BRASIL

**DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA:
COMPARAÇÃO ENTRE A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E CHINA NA
DÉCADA DE 1990**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações
Internacionais para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Mesquita

Porto Nacional/TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B823d Brasil, Yan Souza.
 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA::
 COMPARAÇÃO ENTRE A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E CHINA
 NA DÉCADA DE 1990. / Yan Souza Brasil. – Porto Nacional, TO, 2023.
 78 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2023.
 Orientador: Munilo Mesquita

 1. Desenvolvimento Econômico. 2. Abertura Comercial. 3. Industrialização.
 4. Subdesenvolvimento Econômico. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

YAN SOUZA BRASIL

DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA: COMPARAÇÃO ENTRE A ABERTURA ECONÔMICA DO BRASIL E CHINA NA DÉCADA DE 1990

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07/12 /2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Murilo Mesquita, UFT

Prof. Dr. Fernando Camargo, UFT

Prof. Me. Samuel Spellmann, PUC-Minas

Porto Nacional, 2023

Este trabalho é dedicado à minha mãe e ao meu pai por sempre terem me apoiado em todas as minhas decisões.

*A Economia que não se preocupa com a
justiça social, é uma economia que condena os
povos.*

- Maria da Conceição Tavares

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a toda a minha família por estar sempre comigo e me apoiar nos meus momentos difíceis, e principalmente, por me apoiarem quando decidi cursar Relações Internacionais.

Agradeço a todos os meus amigos que fiz durante o curso, Allana, Ana Laura, Ana Paula, Ana Vitória, Karollyne, Mayra e Pablo; tenho certeza de que, se não os tivesse conhecido, certamente teria desistido.

Agradeço a todo o colegiado do curso pelo apoio e suporte prestado ao longo do curso, especialmente aos professores pelo acolhimento e conhecimento adquirido com auxílio de todos. Notadamente, ao meu orientador Prof. Dr. Murilo Mesquita, que, mesmo com pouco tempo, aceitou me orientar nesse projeto.

Agradeço aos Professores, Dr. Fernando Camargo e Me. Samuel Spellmann, por dedicar tempo e compartilhar conhecimento ao aceitarem o convite para participar da banca avaliadora.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a pesquisa.

RESUMO

Como o Brasil e a China conduziram suas políticas de abertura econômica diante da expansão do Neoliberalismo na década de 1990? É de praxe nas Relações Internacionais observar que as disparidades econômicas influenciam o comportamento interestatal, em função disso e desde um aporte teórico ancorado às Teorias do Desenvolvimento de Economia Política Internacional, o objeto de estudo são as economias brasileiras e chinesas diante do Consenso de Washington. A pesquisa é desenvolvida sob o argumento central de que as medidas adotadas pelo Brasil, no seu processo de abertura econômica, favoreceram o setor primário, enquanto, na China, o setor industrial foi expandido. Para verificar o argumento, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiro e chinês nos anos de 1990. Porquanto, são objetivos específicos: (i) Contextualizar o período histórico que proporciona a expansão da doutrina neoliberal da década de 1990; (ii) Identificar as características da política econômica de abertura econômica adotadas por Brasil e China; e (iii) Comparar o grau de abertura econômica e a balanças comerciais do Brasil e China a partir dos indicadores de Esforço Exportador e Dependência das Importações. De forma exploratória, a pesquisa é desenhada a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e comparativa para um Estudo de Caso, são adotados métodos mistos para a análise de dados. Pelo lado qualitativo, a pesquisa enseja um *process tracing* para identificar os fatores que condicionaram a abertura econômica do Brasil e China. Pelo lado quantitativo, mensura a abertura econômica dos países. Como resultado, considera-se que a abertura econômica do Brasil favoreceu o seu setor primário, enquanto a China, o seu setor industrial, dessa forma, valida o argumento central da pesquisa.

Palavras-chaves: Abertura Econômica, Desenvolvimento Econômico, Industrialização.

ABSTRACT

How did Brazil and China conduct their economic opening policies in the face of the expansion of neoliberalism in the 1990s? It is common practice in International Relations to observe that economic disparities influence interstate behavior. In light of this, and based on a theoretical approach anchored in the Development Theories of International Political Economy, the object of study is the Brazilian and Chinese economies in the face of the Washington Consensus. The research is based on the central argument that the measures adopted by Brazil in its economic opening process favored the primary sector, while in China the industrial sector was expanded. In order to verify this argument, the general objective of the research is to analyze the economic policies adopted by the Brazilian and Chinese governments in the 1990s. The specific objectives are: (i) Contextualize the historical period that led to the expansion of the neoliberal doctrine in the 1990s; (ii) Identify the characteristics of the economic policy of economic openness adopted by Brazil and China; and (iii) Compare the degree of economic openness and the trade balances of Brazil and China based on the indicators of Export Effort and Import Dependence. This exploratory research is based on a qualitative and comparative methodological approach to a case study, adopting mixed methods for data analysis. On the qualitative side, the research involves a process tracing to identify factors that conditioned the economic opening up of Brazil and China. On the quantitative side, it measures the economic openness of the countries. As a result, it is considered that Brazil's economic opening has favored its primary sector, while China's has favored its industrial sector, thus validating the central argument of the research.

Key-words: Economic Opening, Economic Development, Industrialization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Maiores Economias em PIB.....	21
Figura 2 – Maiores Economias em PIB.....	22
Figura 3 – Grandes Fluxos do Comércio Internacional em 1990 em bilhões U\$	24
Figura 4 – Renda per capita dos Países Industrializados vs América Latina em U\$	28
Figura 5 – Variação da Inflação em % 1981 – 1990	35
Figura 6 – Crescimento do PIB em %	37
Figura 7 – Dívida Externa em U\$ bilhões	40
Figura 8 – Gap tecnológico médio (Brasil/EUA).....	42
Figura 9 – Relações de Autoridade Formal entre Instituições Centrais do Partido Comunista e do Governo na República Popular da China	45
Figura 10 – Taxa de inflação, preços médios ao consumidor - Alteração percentual anual	48
Figura 11 – Fontes de financiamento externo na China, 1983-1998 em U\$ milhões	53
Figura 12 – Mapa da China	54
Figura 13 – Transações correntes do balanço de pagamentos, em % do PIB (1990 - 2000) ..	55
Figura 14 – Divisão setorial dos IED na China entre 1993-1998.....	56
Figura 15 – Investimento Direito Estrangeiro na China em milhões de Yuan.....	57
Figura 16 – As supply-chain city da China em vestuário.....	57
Figura 17 – GA Brasil vs GA China no período de 1990 e 2000.....	60
Figura 18 – EE Brasil vs EE China no período de 1990 e 2000.....	61
Figura 19 – DI Brasil vs DI China.....	62
Figura 20 – Composição das exportações chinesas por produtos primários e manufaturados entre 1991 e 2008	63
Figura 21 – Participação da Indústria, Agricultura e Serviços no valor bruto adicionado, expresso %, com base nos preços correntes	63
Figura 22 – Exportação vs Importações de Manufatura da China	64
Figura 23 – Exportação brasileira por fator agregado em % (1808 a 2019)	65
Figura 24 – Indústria de transformação (% do PIB), Brasil, 1947-2001.....	65
Figura 25 – Exportação vs Importações de Manufatura Brasil	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo Numérico do Modelo Ricardiano.....	20
Quadro 2 – Síntese da Formulação Estruturalista Original.....	29
Quadro 3 – Medidas Alinhadas com o Consenso de Washington adotadas pelo Brasil na Década de 1990.....	42
Quadro 4 – Diretrizes do plano de modernização chinês.....	45
Quadro 5 – Diretrizes Para as Reformas Econômicas da Década de 1990.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balança Comercial em U\$ bilhões.....	39
Tabela 2 – Valor adicionado anual por trabalhador (mil R\$ de 2005).....	41
Tabela 3 – Taxa de Câmbio (Yuan /US\$).....	55
Tabela 4 – Abertura Econômica Brasil.....	78
Tabela 5 – Abertura Econômica China.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
FHC	Fernando Henrique Cardoso
PAI	Plano de Ação Imediato
PCC	Partido Comunista Chinês
IED	Investimento Estrangeiro Direto
ZEE	Zonas Econômicas Especiais
GA	Grau de Abertura Econômica
EE	Esforço Exportador
DI	Dependência das Importações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O CONTEXTO HISTÓRICO: O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17
2.1 A Emergência do Neoliberalismo: contexto e fundamentos	18
2.2 O Consenso de Washington: o receituário neoliberal na Periferia	22
2.3 O Desenvolvimento Econômico Revisitado	25
2.3.1 Background do Pensamento Furtadiano: de Keynes à Prebisch.....	26
2.3.2 Celso Furtado e a Nova Perspectiva do Desenvolvimento.....	29
3 OS PROJETOS DE ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL E CHINA: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS.....	34
3.1 A Abertura Econômica Brasileira: Ferramenta contra a Inflação.....	35
3.2. A Abertura Econômica Chinesa: um ponto fora da curva?.....	43
3.2.1 As Quatro Modernizações: a reestruturação da economia chinesa.....	44
3.2.2 Implicações do Modelo Desenvolvimentista Chinês: Reformas da década de 1990 para garantir o financiamento externo.....	49
4 UM BALANÇO ENTRE AS ECONOMIAS SINO-BRASILEIRAS NA DÉCADA DE 1990: A ABERTURA ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE CATCHING-UP.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXO.....	78

1 INTRODUÇÃO

Como o Brasil e a China conduziram suas políticas de abertura econômica diante da expansão do Neoliberalismo na década de 1990? Por meio dessa pergunta inicial, a pesquisa se desenvolve desde um aporte teórico pertinente às Teorias do Desenvolvimento dentro da área de Economia Política Internacional (EPI), cujo objeto de estudo são as economias brasileiras e chinesas diante do Consenso de Washington.

Ademais, a escolha do tema é motivada pela relevância que as políticas de abertura econômica possuem para angariar desenvolvimento econômico em um contexto de avanço da interdependência complexa e assimétrica consoante a promoção de uma agenda econômica de interesse dos países centrais. Dessa forma, o estudo se propõe a complementar os debates acerca das Teorias do Desenvolvimento e pensamento econômico a partir de uma perspectiva internacionalista.

Dessa forma, a pesquisa trabalha dentro do escopo temporal da década de 1990, visto que é nesse período que a Doutrina Neoliberal, em forma de receituário para o desenvolvimento econômico, é executada por meio do Consenso de Washington, elaborado por potências hegemônicas e Organismos Internacionais. Já a escolha por comparar o caso chinês se justifica mediante a particularidade de seu processo de abertura econômica, que é entendido como uma continuidade das “Quatro Modernizações” propostas por Deng Xiaoping.

Em que pese a diferença no modelo de desenvolvimento econômico trilhado por ambas as economias, essa pesquisa identifica que o período do Consenso de Washington é marcante para criar uma bifurcação entre Brasil e China. Da identificação dessa bifurcação, a pesquisa é desenvolvida sob o argumento central de que as medidas adotadas pelo Brasil, no seu processo de abertura econômica, favoreceram o setor primário, enquanto, na China, o setor industrial foi expandido.

Dessa forma, a pesquisa é desenvolvida com o objetivo geral de analisar as políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiro e chinês nos anos de 1990. Logo, a investigação é desenhada para alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) Contextualizar o período histórico que proporciona a expansão da doutrina neoliberal da década de 1990; (ii) Identificar as características da política econômica de abertura econômica adotadas por Brasil e China; e (iii) Comparar o grau de abertura econômica e a balanças comerciais do Brasil e China a partir dos indicadores de Esforço Exportador e Dependência das Importações.

A pesquisa se desenvolve de forma exploratória e é desenhada a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, já que se procura uma compreensão aprofundada dos processos de aberturas econômicas, e comparativa. Diante dessa característica, a pesquisa opera um Estudo de Caso, em que são adotados métodos mistos para a análise de dados. Pelo lado qualitativo, a pesquisa enseja um *process tracing* para identificar quais fatores condicionaram a abertura econômica do Brasil e China, ao considerar que a década de 1990 é marcada por a imposição da Doutrina Neoliberal, de forma a observar como o processo de abertura se desenvolve no período. Pelo lado quantitativo, a pesquisa visa mensurar a abertura econômica dos países, com o propósito de realizar uma comparação entre ambos.

No tocante à estruturação, o trabalho se divide em quatro seções, além da introdução. Assim, a segunda seção se debruça sobre a contextualização histórica referente à expansão da doutrina neoliberal, na década de 1990, e apresenta a teoria de Celso Furtado sobre o desenvolvimento econômico como fundamento teórico para a análise. A terceira seção identifica as características das políticas econômicas adotadas por Brasil e China durante seus respectivos processos de abertura econômica, de modo a esclarecer quais medidas foram implementadas e seus resultados. A quarta seção se dedica a comparar as balanças comerciais do Brasil e China a fim de avaliar o grau de abertura econômica, a partir do acumulado de exportações e importações dividido pelo Produto Interno Bruto (PIB), e verificar os setores que mais se aproveitaram da abertura econômica. E por fim, nas considerações finais, a pesquisa observou que a abertura econômica do Brasil favoreceu o seu setor primário, enquanto a China, o seu setor industrial, dessa forma, valida o argumento central da pesquisa.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO: O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Esta seção visa contextualizar o período pertinente à emergência da onda neoliberal que atingiu os países da periferia do sistema internacional nos anos de 1990. Para tanto, descreve a conjuntura do período de modo a dar substrato histórico para evidenciar os fatores políticos e econômicos que podem ser considerados condições necessárias para análise do objetivo geral desta pesquisa e assim testar o argumento central.

Nesse contexto, a pesquisa adota a perspectiva apresentada por King, Keohane e Verba (1995), no que tange os objetivos pertinentes às pesquisas na esfera das Ciências Sociais de descrição ou explicação de fenômenos, independente da abordagem qualitativa ou quantitativa. Notadamente, o processo descritivo como etapa fundamental para a compreensão holística das variáveis, a fim de proporcionar o estabelecimento de inferências causais em estudos posteriores.

Desta forma, a segunda seção é delineada a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, essa abordagem visa estabelecer uma análise histórica com propósito de compreender as possíveis causas dos processos de abertura econômica feito no Brasil e China e seus resultados. Nesse sentido, a dimensão descritiva se torna crucial para empregar a estratégia do *process-tracing*, método que tenta identificar o processo causal interativo, de forma a estabelecer um conjunto de fatores que desencadearam a abertura econômica dos países na década e seus resultados (George; Bennett, 2005; Goertz; Levy, 2007; Checkel, 2017).

Logo, o *process-tracing* é utilizado como ferramenta para identificar as diferenças entre casos similares, brasileiros e chinês, com o propósito de investigar os fatos, concomitantemente, pode fornecer novas variáveis e hipóteses relevantes para o entendimento da abertura econômica dos países (George; Bennett, 2005; Goertz; Checkel, 2017). Ademais, o uso dessa estratégia possibilita, conforme Levy (2017, p. 11), a vantagem para a análise empírica de processos de tomada de decisões, tanto a nível individual e organizacional, pois inclui a análise das percepções, julgamentos, preferências, ambiente interno de tomada de decisões e escolhas dos líderes.

Assim sendo, é imperativo compreender que a disparidade advinda das céleres transformações nos sistemas econômicos e políticos impactam as relações entre Estados. Sob essa ótica, o agravamento das desigualdades econômicas, que favorece uma minoria abastada em detrimento de uma maioria desfavorecida, resulta em um desequilíbrio político (Stranger,

1970). Logo, o estudo de Desenvolvimento Econômico não pode ser exclusivamente abordado por um enfoque econômico, mas, da compreensão histórica e contextual da ordem política dentro da qual está inserido.

Como Gonçalves (2005, p. 4) entende, a EPI é antes de tudo um método de análise para a aplicação da teoria aos problemas do mundo real, não um campo teórico com leis de aplicação universal. Desse modo, a perspectiva de Gonçalves (2005) vai ao encontro com a de Gilpin (2002) e Stranger (1970) ao reconhecer que a EPI, devido a sua natureza analítica, necessita de um corpo teórico mais abrangente, que abarque as demais ciências humanas para lidar com os fenômenos do Sistema Internacional, com enfoque no cenário econômico.

2.1 A Emergência do Neoliberalismo: contexto e fundamentos

Diante desse prisma teórico-metodológico é importante observar que a emergência da corrente neoliberal nasce nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, período no qual os Estados do bloco capitalista, vencedores do conflito, notadamente os EUA, conceberam um “contrato” de conciliação entre o mercado e o Estado. Esse período que marca os “30 anos gloriosos do capitalismo” (Hobsbawm, 1995), também é caracterizado pelo *embedded liberalism*, um modelo econômico que busca proteger a sociedade de efeitos desestabilizadores do mercado com intervenções estatais sem renunciar aos ganhos provenientes do comércio internacional (Ruggie; Abdelal, 2009).

O esgotamento do *embedded liberalism*, não obstante, ocorre após eventos sucessivos de choque como a Guerra do Vietnã, as crises do petróleo de 1972-1973 e 1978 e o enfraquecimento das relações trabalhista no Reino Unido. Mas, o marco para o seu declínio se dá com o colapso do sistema monetário internacional de Bretton Woods em 1971, devido a sua ineficiência em gerir sua tríade central: i) O sistema de taxas ajustáveis; ii) O Grupo Banco Mundial (BM) Fundo Monetário Internacional (FMI) e a iii) incapacidade de aplicar a cláusula de escassez de divisas para punir países devedores (Eichengreen, 2012).

É diante desse cenário, somado a um contexto de crise inflacionária nos Estados Unidos e Reino Unido, que emerge uma nova agenda econômica, pautada no pensamento de, Friedrich von Hayek e Milton Friedman, de críticas ao *embedded liberalism*. Essa nova agenda econômica pode ser observada como uma Doutrina por meio da qual o Estado é entendido como insuficiente e ineficiente para lidar com questões como crescimento industrial, competitividade internacional e criação de empregos. Porém, mais do que insuficiente, o Estado, especialmente na visão de Hayek, passa a ser visto como um mal maior. Um ente que nem mesmo deve ser

resguardado conforme a lógica do liberalismo clássico de Adam Smith e David Ricardo (Santos, 1999; Paulani, 1999; Palley, 2005, Jones, 2014).

Por conseguinte, qualquer iniciativa estatal de gestão no mercado deve ser inibida. Isso ocorre devido a premissa da natureza mercado racional, e que, por si só, já garante que os fatores de produção sejam remunerados adequadamente. De tal forma, essa Doutrina, denominada Neoliberalismo, identifica como inimigos a Social-Democracia, as políticas keynesianas, os sindicatos ou qualquer forma de organização de trabalhadores que perpassse ampliar a democracia. Nesse sentido, o Neoliberalismo tem como cerne a promoção radical do *laissez-faire*, em que pese a dinâmica econômica e a divisão internacional do trabalho regidas exclusivamente pela lei do Mercado (Santos, 1999; Paulani, 1999; Jones, 2014).

A base da Doutrina Neoliberal nasce com o liberalismo clássico de Adam Smith e sua concepção sobre a divisão do trabalho. Para Smith, um trabalhador que se especializa na produção de alguma tarefa tem uma tendência de identificar as falhas e, por conseguinte, propor aprimoração para o processo de fabricação. De forma análoga, será racional que uma nação passe a produzir itens no qual está especializada para impulsionar o crescimento econômico por meio do comércio do excedente da produção, a qual, obterá preços absolutos menores, sendo chamado de vantagens absolutas (Smith, 1776; Rosenberg, 1965).

No entanto, o princípio das vantagens absolutas é criticado por David Ricardo ao identificar que o comércio internacional é baseado na diferença de preços relativos, e esses, são condicionados pela eficiência tecnológica de cada país. Nesses termos, enquanto Smith identifica o trabalho como único fator de produção, Ricardo, concebe o enfoque tecnológico como determinante para obter vantagens comparativas, ou seja, é o acesso à tecnologia que possibilita a produção de uma mercadoria com mais eficiência (Gonçalves, 2005).

Dessa forma, será vantajoso para os países participar do comércio internacional pois podem maximizar sua produção ao concentrar sua produção no item que tem mais vantagem comparativa. Nessa perspectiva, o país que importar a mercadoria que tem desvantagem comparativa e concentrar sua produção naquela que tenha mais vantagem poderá aumentar a disponibilidade de ambas as mercadorias (Gonçalves, 2005).

A lógica das vantagens comparativas é exemplificada no Quadro 1, com o modelo ricardiano demonstrado pelo comércio de vinhos e tecidos entre a Inglaterra e Portugal, em que expressa de forma numérica os ganhos mútuos das transações.

Quadro 1 – Exemplo Numérico do Modelo Ricardiano

Adam Smith	Vantagem absoluta	$P(A)^I \square P(A)^{II}$
David Ricardo	Vantagem comparativa	$P(A)^I / P(B)^I \square P(A)^{II} / P(B)^{II}$
Custo unitário de produção: Unidades de trabalho (homens/hora)		
Produto A (vinho)		Produto B (tecido)
País I (Portugal)	80	90
País II (Inglaterra)	120	100
Custos relativos		$80 / 90 \square 120 / 100$
Ganhos de comércio: Termos de troca $1A = 1B$		
Portugal	$2 \times 80 = 160$	Ganho = $170 - 160 = 10$
Inglaterra	$2 \times 100 = 200$	Ganho = $220 - 200 = 20$

Fonte: Gonçalves (2005, p. 99).

Desde dessa lógica nasce o liberalismo hayekiano com foco na liberdade individual, mas atrelado a uma forte tradição cultural judaico-cristão. É essa tradição judaico-cristã que denota a ponta de diferenciação do liberalismo Hayek do liberalismo clássico. Dado o contexto pós-2ª Guerra Mundial, Hayek (2010) observa que a aproximação do *embedded liberalism* com o socialismo culminaria na perda da liberdade individual. Sob esse prisma, qualquer forma de planificação deveria ser condenada, visto que a economia deve seguir de forma irrestrita as vantagens comparativas. Dentro dessa ótica, não existe a possibilidade de um planejamento central para a economia devido às capacidades humanas serem limitadas, logo, a escolha racional individual é o principal fator para o desenvolvimento econômico (Hayek, 2010; Jones, 2014).

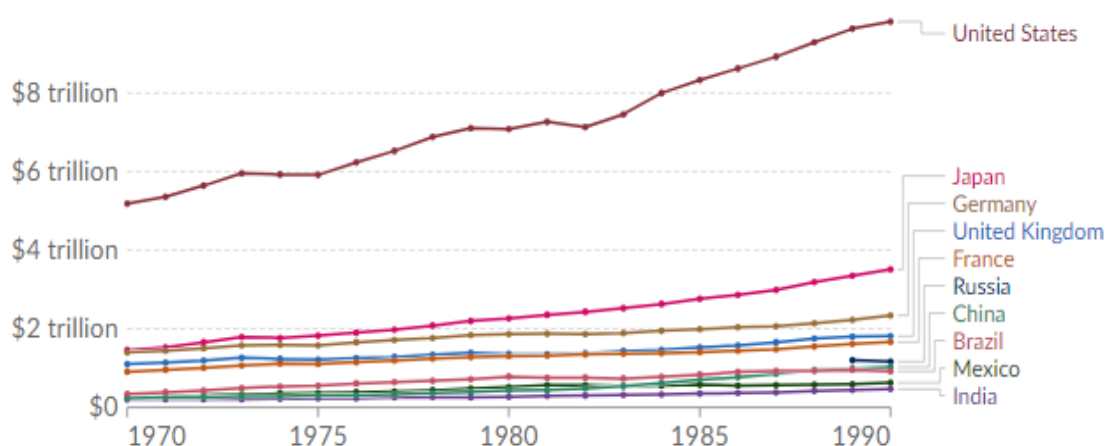
A perspectiva individualista de Hayek é aprimorada por Milton Friedman, que idealiza a sociedade em que as pessoas cooperem entre si baseado na emancipação do indivíduo, ao invés dos moldes da democracia tradicional, em que as decisões são baseadas na vontade de uma maioria (Van Horn; Nik-Khah, 2018). Dessa forma, o sistema capitalista é fundamental para a liberdade, dado que a liberdade econômica, além de parte da liberdade no seu conceito primordial, é instrumento para obtenção de liberdade política. Sob essa perspectiva individualista capitalista, o papel do Estado para Friedman é proporcionar um ambiente estável

para que agentes econômicos privados realizem trocas de forma voluntária, pois está no capitalismo competitivo a chave para o desenvolvimento econômico (Friedman, 1988; Ashford, 2010)

Baseado nessas premissas individualistas, a Doutrina Neoliberal entra em evidência na década de 1980 quando adotada inicialmente pela Inglaterra de Margaret Thatcher e pelos EUA de Ronald Reagan. Nesses países, fez-se uso de medidas direcionadas para cortes de impostos das camadas mais abastadas e de gastos sociais para as camadas menos abastadas, além de promover uma onda de privatização e de desregulamentação do mercado (Anderson, 1995; Santos, 1999).

Já na década de 1990, é possível observar a disparidade econômica dos Estados Unidos, principal promotor da Doutrina, com os demais países, conforme demonstrado no Figura 1. Tal fato, somado com a dissolução da União Soviética e o aumento dos fluxos de capital internacional, faz com que a ordem neoliberal seja consolidada no período (Gaspar, 2015; Fiori, 2009).

Figura 1 – Maiores Economias em PIB

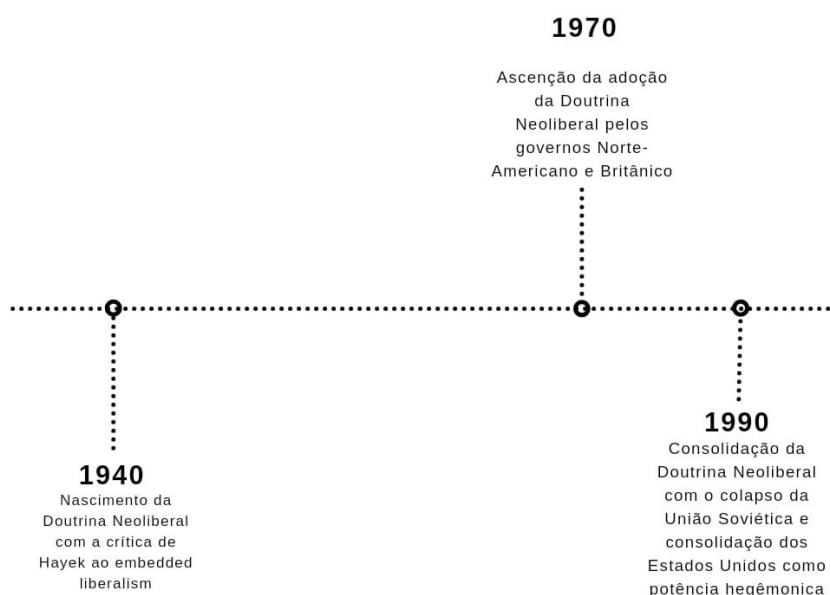


Fonte: Our World in Data (2023)¹

Com o exposto, é possível compreender os atores e fundamentos ideológicos da Doutrina Neoliberal. Dessa breve contextualização é possível sintetizar a sua trajetória e os fatores que a condicionam, conforme a Figura 2:

¹ Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/national-gdp-constant-usd-wb?tab=chart&time=earliest..1990>

Figura 2 – Trajetória Histórica da Ordem Neoliberal



Fonte: Elaboração Própria (2023)

2.2 O Consenso de Washington: o receituário neoliberal na Periferia

Na Periferia, a expansão do Neoliberalismo chega com o Consenso de Washington, realizado em 1989. O Consenso é o encontro de organizações financeiras internacionais, como o BM e o FMI, para exercer pressão em prol de reformas liberais, como os programas de ajustes estruturais do BM que condicionam a concessão de empréstimos a países mediante alteração de sua estrutura produtiva e da perseguição de diretrizes para o que foi convencionalmente chamado de políticas de *boa governança* (Bresser-Pereira, 1991; Salles, 2016; Colombo, Sartório, Felipe, 2023).

De acordo com Bresser-Pereira (1991, p. 6) as 10 reformas recomendadas pelo Consenso de Washington são:

- a) disciplina fiscal; b) eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior; g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.

Essas diretrizes são concernentes à abordagem macroeconômica neoliberal que presume que a política doméstica dos Estados deve estar alinhada aos objetivos de lucro a curto prazo do mercado para atrair capital estrangeiro que impulse o desenvolvimento econômico. Nessa abordagem as taxas de juros são a principal ferramenta econômica, devido ao seu poder de impulsionar investimentos e consumo sustentáveis, além de equilibrar a balança de pagamentos e reduzir a inflação (Saad-Filho, 2005).

No contexto latino-americano, o viés neoliberal, anuído no Consenso de Washington, contou com substanciais recursos para ser propagado entre as elites políticas, empresariais e intelectuais da região, uma vez que ocorre em um contexto de crise inflacionária, marco do que é cunhado como Década Perdida de 1980. Nesse cenário e contexto, é proposto que os problemas econômicos da região têm como raiz o histórico de *políticas populistas obsoletas* e a solução seria adoção da *agenda neoliberal modernizadora* (Bresser-Pereira, 1991; Batista, 1994).

Igualmente, a expansão da Doutrina Neoliberal é proposta para a região da Ásia Oriental. No entanto, as reformas são recebidas de maneira mista devido a heterogeneidade de estruturas políticas e o modelo pelo qual o capitalismo se desenvolveu na região (Beeson e Islam, 2005). Desse modo, é importante evidenciar que a primeira nação da Ásia Oriental a se industrializar é o Japão com uma estratégia intervencionista denominada de “Milagre Econômico Asiático²”. Essa estratégia adotada pelo país se torna referência de modelo de desenvolvimento na Ásia Oriental, e demarca um enclave para a penetração das premissas liberalizantes do Consenso de Washington (Beeson, 2003).

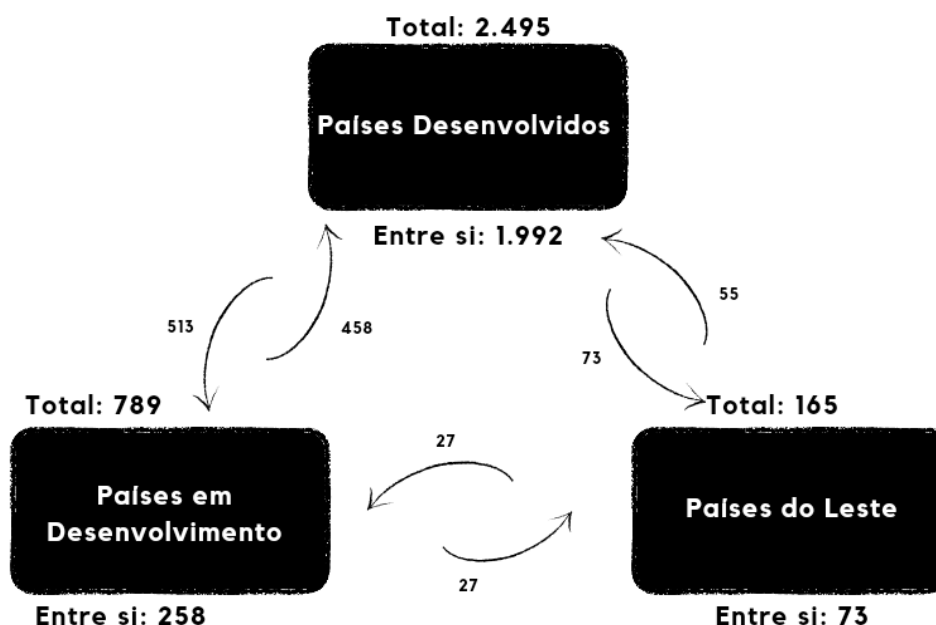
É possível observar que o Consenso de Washington, em seus preceitos, preconizou a formação de um comércio internacional dentro do qual os Estados comercializam entre si diferentes tipos de mercadorias. No entanto, diferente de como celebrado pela Doutrina Neoliberal. A liberalização não refletiu na incorporação equitativa dos países periféricos nos fluxos de comércio internacional, mas sim, na abertura de um mercado consumidor na Periferia a fim de comercializar os produtos dos países centrais (Chesnais, 1996).

Conforme Chesnais (1996) demonstra na Figura 3, as vantagens comparativas contribuíram para uma estratificação dos fluxos comerciais, ou seja, o intercâmbio de mercadorias, favorece os países desenvolvidos. Tal fato é perceptível ao analisar os déficits comerciais que os países em desenvolvimento e países do Leste obtiveram em suas trocas

² O Milagre Econômico Asiático se refere a estratégia baseada em crédito estatal direcionado para empresas específicas e repressão financeira, que se refere a manter intencionalmente as taxas de juros em valores baixos da definida pelo mercado para gerar vantagens comparativas com seus concorrentes (Beeson, 2003, p. 312)

comerciais com os países desenvolvidos. Tal como, a disparidade no volume dos fluxos de mercadorias, em que o total dos países desenvolvidos excede o dobro da soma dos montantes dos fluxos comerciais dos países em desenvolvimento e países do Leste.

Figura 3 – Grandes Fluxos do Comércio Internacional em 1990 em bilhões U\$



Fonte: Adaptado de Chesnais (1996, p. 213)

Com essa contextualização histórica é possível atentar para as condições políticas e econômicas que fizeram com que o Neoliberalismo emergisse em meio à crise do *embedded liberalism*, e se expandisse para a Periferia. Nesse processo de expansão, é notório que o modelo de desenvolvimento, arquitetado sob premissas neoliberais, não promoveu o desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento, mas, ao contrário, acentuou as diferenças desses com os países desenvolvidos.

É dentro dessa concepção crítica sobre a difusão do neoliberalismo que importa considerar o pensamento de Celso Furtado. Furtado (1962, p. 96) elucida que:

O que tem ocorrido em Economia é que uma teoria, formulada para explicar determinada realidade com limites no tempo e no espaço, é correntemente transformada em doutrina de validade universal. Assim, uma teoria formulada para explicar o comportamento da balança de pagamentos de um país como os Estados Unidos, quando universalizada, transforma-se em mera doutrina, que pode servir para justificar determinadas políticas, mas não para explicar indiscriminadamente a realidade de um país qualquer.

Dada essa leitura furtadiana, importa à pesquisa apresentar as bases do pensamento de Furtado acerca do desenvolvimento. Por conseguinte, na subseção seguinte são expostas as contribuições de Celso Furtado para a área de Desenvolvimento Econômico que divergem dos pressupostos propagados na época.

2.3 O Desenvolvimento Econômico Revisitado

Celso Furtado é um dos economistas brasileiros com produção mais prestigiada no exterior, com obras que se debruçam sobre diversas áreas como História Econômica, Teoria do Desenvolvimento, Política Econômica e Planejamento (Szmrecsány, 2020). Furtado pertence ao seleto grupo de autores conhecidos como intérpretes do Brasil, devido a atualidade da sua obra em lidar com problemas contemporâneos, mesmo sendo escritos a mais de meio século. (Cepêda, 2012).

Nascido em Pombal, sertão da Paraíba, em 1920, iniciou seus estudos em Economia pela Universidade Paris. De forma que seu prestígio acadêmico o fez lecionar na *King's College* de Cambridge a convite de Nicholas Kaldor e na Universidade de Paris, se tornando o primeiro professor estrangeiro da universidade. Suas contribuições para a área de Desenvolvimento Econômico o fizeram ser reconhecido pela ONU, ao trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e pelo governo brasileiro, ao liderar o Ministério do Planejamento em 1962 durante o governo de Juscelino Kubitschek (Bielschowsky, 1995).

O legado de Furtado ultrapassa a área de Economia devido à riqueza de suas obras, que compreendiam a multiplicidade de fatores sociais e políticos para analisar o Desenvolvimento Econômico e não apenas com um fenômeno puramente econômico (Bresser-Pereira, 2005). Assim, as contribuições de Furtado permanecem atuais para a análise do desenvolvimento, notadamente para nações periféricas, pois considera as limitações estruturais dessas economias na sua formulação de estratégias de desenvolvimento que contemple a qualidade de vida de toda a sociedade (Lins; Marin, 2014).

Diante de tal importância, nessa seção, a pesquisa apresenta as contribuições de Furtado para a Teoria do Desenvolvimento, que a torna diferente da abordagem neoliberal adotada nos anos 1990. Dessa forma, a seção se constitui como o fundamento teórico da pesquisa que permite comparar as políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiro e chinês nos anos no mesmo período.

2.3.1 Background do Pensamento Furtadiano: de Keynes à Prebisch

Em seus estudos sobre Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado tem contato com pensadores heterodoxos como Max Weber, Karl Marx, Friedrich List, Tönnies, Simmel, Sombart, Schumpeter, Keynes, Prebisch, Perroux, Myrdal e Hirschman, dentre outros (Brandão, 2020, p. 171). Dessa rede de contatos, Furtado (1979) entende o papel pioneiro de Keynes em romper com a teoria clássica, ao enfatizar os aspectos políticos na resolução de problemas econômicos e em seus estudos sobre o desemprego como resposta a demanda efetiva³ baixa (Furtado, 1979)

De mesmo modo, Furtado (1979) evidencia a contribuição de Schumpeter (1979), por conceituar o desenvolvimento econômico não somente como crescimento econômico, mas sim, a aprimoração de técnicas de produção que emanam internamente da economia, e não apenas reações de fatores exógenos. Destarte, a partir da abordagem schumpeteriana, o lucro é algo intrínseco à capacidade de inovar, pois o motor do progresso se encontra na figura do que Schumpeter (1979) denomina “Empresário Inovador” de criar combinações e inovações técnicas. Nesse sentido, existe uma convergência de Furtado com Schumpeter, ao entender o papel decisivo das inovações técnicas na dinâmica capitalista, no entanto, enquanto o objeto de análise de Schumpeter se encontram no Centro do sistema capitalista, Furtado analisa essa premissa a partir da Periferia (Furtado, 1968; Paula e Albuquerque, 2020)

Assim, ao considerar as referências do pensamento de Furtado, notadamente, está a contribuição de Raúl Prebisch com o Estruturalismo latino-americano, que se debruça a entender, não somente, variáveis econômicas, como notadamente, os determinantes históricos e sociais que impactam negativamente nas estruturas econômicas latino-americanas, de forma a prejudicar o seu desenvolvimento econômico (Moraes, Ibrahim e Tauil, 2019).

Prebisch (2000[1950]) discerne sobre o Sistema Centro-Periferia, que não se difere somente no comércio de produtos primários e manufaturas, mas também, abrange a disparidade entre as estruturas produtivas e econômicas dos países. Sob esse prisma, o *Centro* é representado pelos países que têm o monopólio da aprimoração das técnicas de produção, e a *Periferia*, ao contrário, são os Estados cujas economias são caracterizadas pela sua defasagem organizacional e tecnológica (Rodriguez, 2009).

³ Demanda efetiva, é um conceito de demanda (no caso igualada à oferta) tal como prevista pelos agentes econômicos (empresários) que, detendo o comando sobre a produção, e tendo resolvido o que e como produzir, decidem a cada período de produção, e tendo resolvido quanto produzir - e desta forma, o quanto empregar - dos recursos existentes (Possas, 1986, p. 297).

Tal assimetria estrutural nas relações econômicas Centro-periferia não deve ser compreendida superficialmente como método no qual os Estados escolhem para participar do comércio internacional. Mas sim, deve ser compreendida como um resultado do desenvolvimento capitalista que condiciona setores econômicos distintos, setor primário ou industrial, para as diferentes regiões (Wallerstein, 1974).

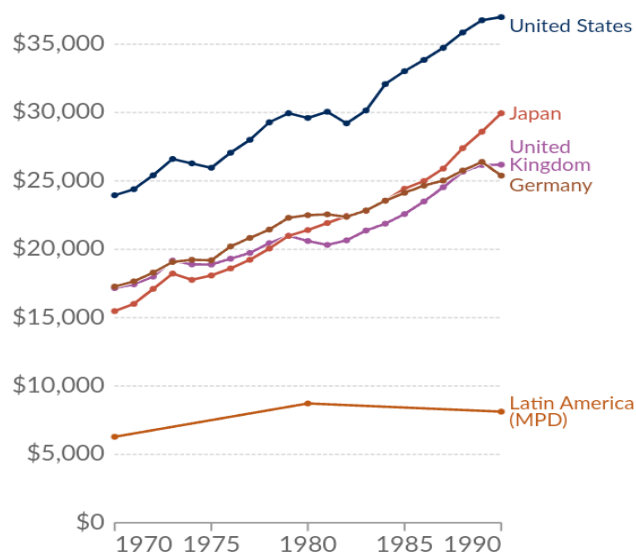
A luz da concepção do sistema Centro-Periferia, Prebisch (2000[1949]) verifica que isso ocorre devido a falha da divisão internacional do trabalho em propagar os benefícios dos avanços do progresso técnico, e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico, notadamente nos países que compõem a Periferia do sistema internacional, como a região da América Latina. Uma vez que a região latino-americano, exportadora de alimentos e commodities, não consegue acompanhar a renda dos países industrializados, essa condição se verifica em virtude do baixo valor agregado que as matérias primas têm na cadeia de produção.

Prebisch (2000[1950], p. 182) assera que:

As transformações técnicas, em sua criação incessante de novos produtos, elaboram, de maneira cada vez mais complexa ou refinada, as matérias-primas exigidas pelo processo produtivo, com isso diminuindo a proporção delas no valor do produto final. Em relação ao valor total, a proporção de matérias-primas empregadas na fabricação de um avião é menor, portanto, do que no caso de uma locomotiva, e menor nesta do que no caso de uma carroça puxada a burros.

Nesse cenário, os efeitos desse baixo valor agregado no valor final das commodities é refletido na assimetria da renda *per capita* entre o Centro, formado pelos países desenvolvidos, e a Periferia, como demonstrado na Figura 4, o que inibe a diversificação no padrão de consumo (Prebisch 2000[1949]). Ademais, é notável evidenciar que o caráter primário-exportador de uma economia nacional promove um desenvolvimento orientado para o exterior, uma vez que partes dos recursos são alocados para a expansão do setor exportador. Esse tipo de desenvolvimento perpetua o atraso nas estruturas produtiva, pela especialização em produtos primários não satisfazer a demanda por bens e serviços, a qual é suprida por meio de importações (Rodriguez, 2009)

Figura 4 – Renda *per capita* dos Países Industrializados vs América Latina em US\$



Fonte: Our World in Data (2023)⁴

Logo, segundo Prebisch ([1949,1950] 2000), é possível observar que o motor do desenvolvimento econômico se encontra na indústria pelo seu papel dinâmico na economia, por estimular outros setores, e pela capacidade de absorver mão-de-obra excedente. Nesse contexto, é necessário a formulação de um desenvolvimento voltado para o mercado interno, isto é, construir estruturas produtivas que priorizem as necessidades da população local. Dessa forma, posteriormente, quando a indústria atingir um patamar elevado de desenvolvimento na produção, esse que permita uma escala notável, o excedente poderá ser direcionado para o exterior e a matriz primário-exportadora será transformada.

É perceptível que essa corrente enfatiza a estrutura produtiva como fator que determina o desenvolvimento econômico dos países, uma vez que estruturas com baixa diversidade produtiva, baseadas em setores primários, inibem o progresso técnico. Sob essa ótica, a disparidade econômica dos países da Periferia com o Centro é o reflexo das estruturas econômicas distintas de ambos, industrializadas referente ao Centro e primário-exportador à Periferia (Bielschowsky, 2011).

Diante dessa leitura, o Quadro 2, a seguir, sintetiza os principais elementos propostos por Prebisch para compreender o estruturalismo latino-americano.

⁴ Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/gdp-per-capita-maddison?tab=chart&time=1970..1990&country=Latin+America+%28MPD%29~JPN~USA~GBR~DEU>

Quadro 2 — Síntese da Formulação Estruturalista Original

Característica das economias latino-americanas	Implicações para industrialização e o crescimento econômico
Baixa diversidade produtiva	Necessidade de investimento simultâneo em diversos setores; Dificuldade em gerar inversão em termos de poupança, e divisas estrangeiras;
Especialização na agropecuária e em mineração	Limitada capacidade para gerar divisas externas por causa da baixa demanda Mundial por exportações primárias; Deterioração dos termos de intercâmbio, com forte pressão por divisas por causa da elevada elasticidade renda das importações exigidas pela industrialização;
Heterogeneidade produtiva:	Baixa produtividade média; Reduzido excedente, considerado como proporção da renda; Coexistência entre setores com alta produtividade e de abundante ocupação de mão de obra, com em níveis próximos à subsistência;
Institucionalidade inadequada e falta de capacidade empresarial	Baixa propensão poupar e investir; Falta de acumulação de capital orientada para o progresso técnico.

Fonte: Adaptado de Bielschowsky (2011, p. 11)

Após uma breve revisão das referências estruturalistas que influenciaram a formação do pensamento de Celso Furtado, a próxima seção visa elucidar suas contribuições dentro das discussões que envolvem a Teoria do Sub/Desenvolvimento.

2.3.2 Celso Furtado e a Nova Perspectiva do Desenvolvimento

Essa seção tem como objetivo apresentar as contribuições de Celso Furtado para as teorias do Desenvolvimento Econômico, notadamente, seu entendimento acerca da condição de subdesenvolvimento e o processo para superá-lo. Para tanto, sabe-se que o pensamento estruturalista critica as Teorias do Desenvolvimento concebidas no Centro do sistema internacional, por negligenciar a dimensão histórica do processo de desenvolvimento (Furtado, 1961; Furtado, 1974). Em face disso, concebe a necessidade de criação de mecanismo analíticos

que permitam à EPI estudar as assimetrias estruturais que perfazem as interações entre o Centro e a Periferia (Castro e Menezes, 2020).

Dessa forma, Furtado (1961, 1974) identifica a forma de expansão do desenvolvimento industrial como marco de consolidação das disparidades Centro-Periferia, essas que resultam na dependência nas relações econômicas dos países periféricos com os países centrais. Esse fenômeno ocorre em virtude da divergência na forma de expansão do progresso técnico, uma vez que os países tidos como centrais conseguem propagar o progresso técnico em suas estruturas produtivas. Por outro lado, os países periféricos só conseguem se beneficiar do produto do progresso técnico, esse em forma de bens de consumo, somente quando são importados do Centro e quando já estão com certo atraso tecnológico (Lins e Marin, 2014).

Uma das causas identificadas por Furtado (1989), é devido ao comportamento das elites em mimetizar os padrões de consumo de países industrializados, devido sua tendência a se identificar ideológica e culturalmente com o Centro. O custo dessa mimetização é uma alta acumulação de capital direcionada apenas para o consumo e não para a produção (Lins e Marin, 2014). Logo, o desenvolvimento das economias periféricas é comprometido. Esse fenômeno é conceituado por Furtado (1974, p. 81) como modernização:

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares) mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da “taxa de exploração”.

A problemática da modernização, nas economias subdesenvolvidas, ocorre durante o processo de industrialização. Notadamente, porque o padrão de consumo da sociedade é baseado em itens que necessitam de um investimento significativo em capital, em um país com baixo percentual de acumulação de capital, incapaz de alocar recursos de forma efetiva para o setor produtivo. É essa defasagem entre o consumo e o setor produtivo que leva a uma redução dos salários reais dos trabalhadores da indústria para sustentar os métodos de produção (Furtado, 1974). Nesse processo, a defasagem gera e reproduz um exército industrial de reserva que fomenta a redução dos salários, inibe a inversão em mercadorias e, consequentemente, no mercado interno.

Como observado por Moraes, Ibrahim e Tauil (2019), à luz das contribuições de Furtado, as características inerentes às estruturas dos países periféricos são: i) concentração de renda, ii) excesso de mão de obra barata, que constitui um exército industrial de reserva e,

notadamente, iii) heterogeneidade técnica dos fatores de produção. Outrossim, a criação de padrão de consumo incompatível com a estrutura produtiva em países periféricos cria enclaves para o processo de inovação técnica do setor produtivo, pois o capital que deveria ser direcionado para os investimentos é direcionado para o consumo. Ou seja, a estrutura econômica dos países periféricos combinados a padrões de consumo insustentáveis, comprometem a capacidade dos países em se desenvolver (Lins e Marin, 2014).

Nesse contexto, com o enfoque histórico traçado por Furtado, é possível observar que o resultado da defasagem produtiva somado a mimetização de padrões de consumo, entre Centro e Periferia, viabiliza uma rede unidirecional de transmissão do progresso tecnológico nos países do Centro. Esse processo corrobora com o surgimento de um núcleo concentrador da atividade industrial hegemônico, conseqüentemente, o que consolida a disparidade de renda na periferia devido à discrepância nas capacidades produtivas (Castro e Menezes, 2020). Do entendimento desse processo surge a maior contribuição de Furtado, entender o subdesenvolvimento, não como etapa para o desenvolvimento, e sim, como produto dele, como esclarece em:

Desde que percebi o alcance do impacto da Revolução Industrial na divisão internacional do trabalho, captei a gênese do fenômeno do subdesenvolvimento, o que me permitiu montar o quadro conceitual que balizou o essencial do meu trabalho teórico. Daí a visão abrangente do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como dimensões de um mesmo processo histórico, e a ideia de dependência como ingrediente político desse processo (Furtado, 1998, p. 61).

Dessa forma, é imperativo compreender a real natureza das economias subdesenvolvidas, como um processo autônomo, e não, uma etapa no qual as economias desenvolvidas já passaram (Furtado, 1968). Em decorrência da não compreensão desse conceito, implica a tentativa historicamente usual de aplicar modelos de desenvolvimentos incompatíveis com a estrutura e as idiosincrasias dos países periféricos.

Furtado (1994, p. 42) propõe, por isso, quatro condições que precisam ser cumpridas para a superação do subdesenvolvimento:

- i. Adquirir um grau de autonomia nas relações comerciais internacionais a fim de evitar o esgotamento dos recursos internos;
- ii. Criar um sistema de governança orientado para formação de uma alta taxa de poupança, em detrimento ao processo de modernização;
- iii. Adotar um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo;

- iv. Construir uma sociedade que promova inovação e diversidade cultural, ao mesmo tempo que evita o acúmulo excessivo de poder.

Com as condições necessárias para superar o desenvolvimento, o objetivo do país deve ser a promoção da homogeneização social, concomitantemente a criação de um sistema produtivo eficiente com autonomia tecnológica. Dessa forma, é necessária uma maior coordenação da ação por parte do Estado, que implica na perda de poder decisório dos mercados sobre a economia. Notadamente, durante esse processo é necessária uma maior exposição à concorrência internacional (Furtado, 1992)

A luz das contribuições de Furtado, Lins e Marin (2014, p. 17) indicam que a formulação do processo coordenação do Estado seja orientado por uma maior participação popular no sistema de decisões, de outra forma, o desenvolvimento não possuirá uma fundamentação criativa, e não satisfará as aspirações da população em geral.

Essa criatividade é apontada por Furtado como a maior ferramenta para alcançar o desenvolvimento, devido a estar intrínseca à natureza e à história humana. Uma vez que o progresso técnico e a inovação tecnológica são produtos da criatividade, mas não a esgotam, logo a criatividade perpassa a evolução tecnológica (Furtado, 1978; Paula e Albuquerque, 2020)

Por conseguinte, o conceito de Desenvolvimento Econômico para Furtado (2004) não é apenas o simples processo de crescimento econômico, mas sim, a acumulação de capital feito a partir da otimização das combinações de fatores de produção. Entretanto, essa acumulação não deve estar sujeita à uma lógica individual, pelo contrário, deve promover um sistema de incentivos materiais que expanda a qualidade de vida de toda sociedade.

Nas palavras de Furtado (2004, p. 484):

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. [...] Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Dessa forma, Furtado (1994, p. 39-41) destaca três experiências usadas para superação do subdesenvolvimento, são elas:

- i) A coletivização dos meios de produção;
- ii) A priorização do atendimento às necessidades básicas internas, ou seja, a satisfação de um conjunto de necessidades que uma sociedade tenha; e

- iii) O ganho de autonomia externa.

No entanto, todas apresentam problemas como:

- i) O distanciamento da população do sistema decisório;
- ii) A dificuldade em modificar o padrão de consumo das elites modernizadas para conciliar com o padrão de produção nacional; e
- iii) A falta de uma base política sólida para identificação das bases sociais de uma estrutura de poder aptas a levá-las à prática (Brandão, 2020, p. 178).

É nesse sentido que a investigação encontra no pensamento de Furtado uma chave explanatória para responder à pergunta de pesquisa, especialmente, quando se compara os modelos de desenvolvimento chinês e brasileiro. Outrossim, a China entra no campo de análise de Furtado (1992) por seu sucesso em evitar a mimetização de padrões de consumo característicos de países desenvolvidos, ao inibir a influência de mercados externos no início do seu processo de desenvolvimento econômico. No entanto, a postura do país asiático é alterada a partir da década de 1970.

Dessa forma, por meio do substrato teórico fornecido por Celso Furtado, notadamente, o enfoque sobre o fenômeno do (sub)desenvolvimento, suas obras se tornam um ponto interessante e crítico para análise de economias subdesenvolvidas e em desenvolvimento. Assim, torna-se possível, na seção seguinte, a avaliação do impacto da abertura econômica conforme as diretrizes delineadas pelo Consenso de Washington no Brasil, em comparação com a abertura da economia Chinesa em sua busca por uma maior inserção internacional.

3 OS PROJETOS DE ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL E CHINA: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Diante da contextualização histórica e da apresentação da fundamentação teórica das seções anteriores, a pesquisa observa que a onda neoliberal impôs aos países da América Latina e Ásia, por meio do Consenso de Washington, um receituário com medidas consideradas condições *sine qua non* para alavancar o crescimento econômico dessas regiões diante das crises que as assolavam. Diante disso, é possível observar que as estratégias de desenvolvimento e de política econômica adotadas por Brasil e China foram diferentes, apesar da ingerência econômica externa.

Assim, na década de 1990, é possível observar a similaridade de ambos os países com a adoção de políticas de abertura comerciais como estratégia de *catching-up*, ou seja, como uma estratégia para queimar etapa no processo de desenvolvimento para então alcançar o nível dos países desenvolvidos. No entanto, conforme Chang (2004) apresenta, os principais países promotores das políticas livre-cambista e desregulamentação dos mercados, Estados Unidos e Reino Unido, em seus processos de desenvolvimento usaram do Estado para intervir em suas economias, notadamente, em políticas de proteção tarifária. Nesse contexto, a divergência entre as estratégias *catching-up* que os países atualmente desenvolvidos adotaram no seu processo de desenvolvimento com a estratégia que promovem nos países periféricos, é interpretada como uma maneira de “chutar a escada” pela qual ascenderam.

Outrossim, Stranger (1979) afirma que essas imposições dos atores hegemônicos afetam as relações internacionais e resultam para os atores secundários duas formas de comportamento: (i) a cooperação com a agenda econômica imposta; ou (ii) um comportamento defensivo a partir da criação de mecanismo para defender suas economias. Em face disso, esta seção tem como objetivo identificar as semelhanças e diferenças das políticas econômicas recomendadas pelo Consenso de Washington adotadas pelo Brasil e pela China durante seus respectivos processos de abertura econômica.

Dessa forma, a próxima subseção tem como objetivo identificar as linhas gerais do processo de abertura econômica adotado pelo Brasil na década de 1990 e o contexto econômico o qual o Brasil estava inserido. O intuito é identificar os propósitos e a estratégia de desenvolvimento traçada durante o período e as suas similaridades com as reformas recomendadas pelo Consenso de Washington.

A subseção subsequente, por sua vez, tem como objetivo identificar as características da política econômica de abertura econômica chinês, de forma a identificar as reformas

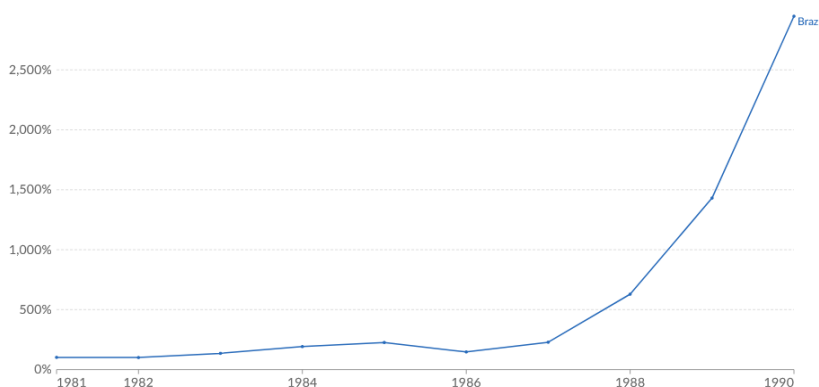
realizadas na China com as propostas pelo Consenso de Washington. Dessa forma, é exposto o pensamento econômico chinês que direciona a estratégia adotada pelo país no período.

3.1 A Abertura Econômica Brasileira: Ferramenta contra a Inflação

A natureza neoliberal do desenvolvimento econômico induzido pela adesão ao livre-comércio, estabilização e homogeneização dos preços, passa a conduzir a política econômica do Brasil no período de redemocratização (Fiori, 1999). Como observado pelo art. 170 da Constituição Federal, e notadamente no seu IV princípio, em que asserta que a ordem econômica é fundada pela valorização do trabalho e pela livre iniciativa, com ênfase na livre concorrência (Brasil, 1988).

Nesse contexto, é imperativo compreender o quadro econômico brasileiro pré-reformas de 1990 marcado pela escalada da inflação, demonstrada na Figura 5, que fica conhecida como inflação inercial. Isso é resultado dos altos déficits orçamentários e dos sucessivos fracassos de planos econômicos, como Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão, em solucionar os desequilíbrios estruturais da economia, dado que só conseguiam uma estabilização temporária da inflação. Desse modo, é evidente que a política econômica passa a ser orientada para o combate da hiperinflação (Baer, 2003; Modiano, 2014).

Figura 5 – Variação da Inflação em % 1981 – 1990



Fonte: Our World in Data (2023)⁵

É nesta conjuntura que, em 15 de março de 1990, o governo Collor se elege com um discurso inovador, em que pese a defesa de uma agenda liberalizante e modernizadora pautada

⁵ Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/inflation-of-consumer-prices?tab=chart&time=earliest..1990&country=~BRA>

em uma lógica de inserção internacional que buscava: i) a adequação do país aos novos temas e dinâmicas da “nova” ordem internacional; ii) a construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos e; iii) o esforço de descaracterização do Brasil como país terceiro-mundista. No entanto, primeiramente o governo tem que enfrentar um cenário econômico marcado pela alta da inflação, mas agora sem espaço para se estabilizar induzindo uma dívida como nos anos anteriores. (Casarões, 2014, p. 36; Abreu, Werneck, 2014).

Dito isto, é proposto na esfera econômica, ao contrário do crescimento induzido por intervenção estatal, uma ortodoxia econômica que incorpora elementos dos princípios delineados pelo Consenso de Washington. Denominado Plano Collor I, promulgado com a Lei Nº 8.024, de 12 de abril de 1990, sua meta é centrada no combate à inflação e na contenção de gastos públicos (Baer, 2003; Castro, 2011; Casarões, 2014)

Em segundo plano, é anunciada a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) também atrelada às práticas liberais preconizadas no consenso de Washington. Sob esse prisma, a PICE é desenhada para ser uma política de competitividade baseada na abertura econômica e no estímulo à competição, especialmente àquela advinda do mercado internacional. Com essa política, o objetivo do governo foi desestimular a formação de monopólios e promover transformações características da terceira revolução industrial e tecnológica (Guerra, 1997; Baer, 2003; Castro, 2011).

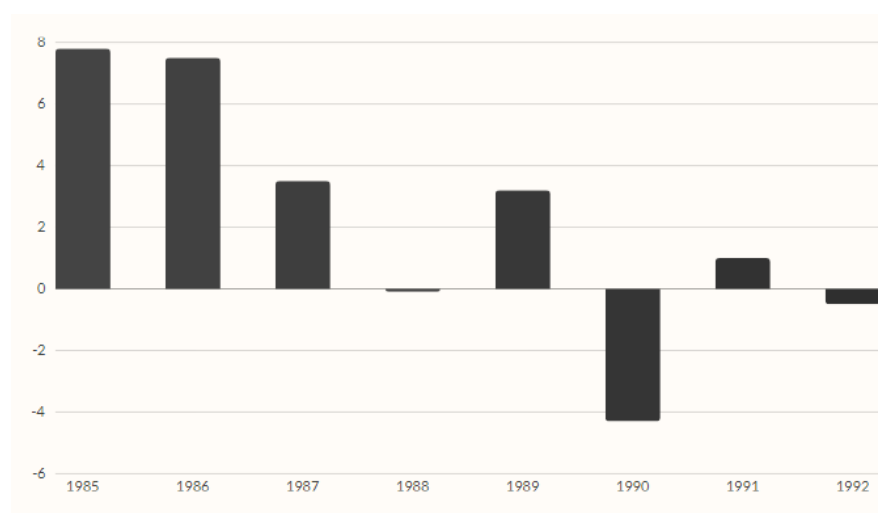
Diante dessa tendência neoliberal, é proposto o início de uma abertura econômica com câmbio flutuante e redução gradual das tarifas protecionistas, sancionadas pela Lei Nº 8.032 de 12 de abril de 1990. Dessa forma, a abertura ocorre mediante a lógica de que o atraso tecnológico das indústrias brasileiras deve ser superado mediante a inserção das empresas brasileiras na competição do mercado internacional. A PICE também concebia o apoio, em forma de créditos e incentivos fiscais, em prol do desenvolvimento tecnológico e produtivo da indústria nacional (Erber e Cassiolato, 1997; Castro, 2011).

É dentro dessas medidas que o governo acata a cartilha de privatizações para estimular a competitividade e induzir a modernização da indústria brasileira. Nesse sentido, surge o Plano Nacional de Desestatização que pretendia i) contribuir para o redesenho do parque industrial; ii) consolidar a estabilidade; e iii) reduzir a dívida pública (Castro, 2011). Dessa forma, para a efetividade das medidas é necessário um cenário econômico estável, o que faz com que o governo busque a estabilização através da retenção da fuga de capital, ao bloquear ativos financeiros e os convertendo em depósitos no banco central. Consoante a medida, é anunciado um grande esforço fiscal para retrain a demanda agregada (Abreu, Werneck, 2014).

No entanto, as medidas não apresentaram melhoras no controle da inflação e sim um impacto negativo na atividade econômica. Dessa forma, com o fracasso do primeiro Plano, no ano seguinte, o governo busca reverter o cenário econômico ao anunciar um novo programa de estabilização, denominado Plano Collor II. Em sua concepção, o controle da inflação era através da racionalização dos gastos nas administrações públicas, do corte das despesas e da aceleração do processo de modernização do parque industrial. As principais medidas foram: i) a criação do Fundo de aplicações financeiras para substituir o antigo método *overnight*⁶, ii) administrar o fluxo de caixa e iii) conter despesas estatais (Baer, 2003; Castro, 2011; Abreu; Werneck 2014).

Como resultado das políticas adotadas no período nos anos seguintes, houve um afrouxamento do quadro econômico em certos aspectos, visto que política macroeconômica contava com novo acordo com o FMI. Contudo, como demonstrado na Figura 6, o PIB real declinou cerca de 0,5% em 1992, puxado por uma retração industrial. Devido à queda dos salários que contribuiu com a redução de consumo, somados aos altos juros, que implicam em novos investimentos, houve queda na área de bens de consumo com redução de 4% na produção. Apenas a agricultura apresentou crescimento de 6% no período devido a uma colheita excelente (Baer, 2003; Abreu; Werneck, 2014).

Figura 6 – Crescimento do PIB em %



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2023)

Após Itamar Franco assumir a presidência, dado processo de impeachment e a renúncia de Fernando Collor, a principal pauta econômica ainda consistia no controle da inflação,

⁶ Comercialização de títulos públicos com o período de uma noite.

gerando extrema pressão sobre o governo que em seus primeiros meses alterou quatro vezes o controle da pasta da Fazenda. O quadro mudou com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como Ministro da Fazenda, sua medida mais substancial é a criação do Plano de Ação Imediato (PAI), que consistia no bloqueio de repasses para as unidades federativas, além de maior rigidez no recolhimento de impostos e a solução dos relacionamentos financeiros com os governos estaduais (Baer, 2003; Abreu; Werneck, 2014).

O PAI resultou no aumento do PIB em 4% no primeiro trimestre de 1993 em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, puxado por uma alta expansão da receita agrícola e o aumento real dos salários. Os investimentos em maquinário e insumos apresentaram crescimento no período, em reflexo, a atividade industrial cresceu 16,3% em um ano, com destaque para o setor químico, maquinário elétrico, setor automobilístico e produtos de metal (Baer, 2003). Todavia, o ajuste fiscal não apresentou o efeito esperado na estabilização da economia, e apesar da melhora fiscal em 1994, não compreendida pelos analistas, em 1995 tornou a apresentar uma defasagem. Dessa forma, na prática, o ajuste fiscal se adequou como condição para a estabilidade (Giambiagi, 2011)

Nesse sentido, como a política econômica ainda era conduzida para combater a alta da inflação que apresentava crescimento. Nesse contexto nasce o Plano Real com uma lógica diferente dos planos aplicados anteriormente, o Plano diagnostica a origem da inflação brasileira como resultado do desequilíbrio das contas públicas. Sob essa abordagem, o novo plano teve como primeiro mecanismo um ajuste fiscal, seguido de um novo sistema de indexação que levou progressivamente a uma nova moeda (Baer, 2003; Castro, 2011).

Sendo assim, foi proposto três fases para a estabilização monetária: i) ajuste fiscal; ii) criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor; e iii) poder liberatório à unidade de conta e garantia a estabilidade por meio de regras para lastreamento do real (Castro, 2011, p. 142). Dessa forma, surgiu a ênfase na âncora cambial alinhado à altas na taxa de juros para atrair capital estrangeiro para financiar o déficit fiscal, além de, medidas de aproveitar da margem de manobra concebida por o aumento da tributação do setor financeiro e a criação do Fundo Social de Emergência. Tais medidas apresentaram resultado positivo com incríveis superávits primários no primeiro mandato (Baer, 2003; Abreu; Werneck, 2014).

Nesse ínterim, o processo de abertura econômica é continuado e a proteção da indústria brasileira é reduzida em detrimento da atividade agrícola. Como objetivo da abertura era aumentar a competitividade e impor um regime de preços mais rígidos à indústria nacional, foi imposto uma redução de 32,1% para 11,2% nas tarifas médias nominais de importação durante o início do Plano Real (Abreu; Werneck, 2014).

Consoante o processo de abertura econômica, também é continuado o processo de privatização, dessa vez, concentrado em empresas da indústria de transformação que tinham mais aderência à concorrência. As privatizações apresentaram aumento de US\$1,6 bilhões no governo Itamar chegando no total de US\$5,1 bilhões, os principais setores atingidos foram a siderúrgica, petroquímica e fertilizantes (Abreu; Werneck, 2014).

Nesse contexto, em 1995, FHC assume a presidência com um quadro econômico que apresentava além uma deterioração inédita da balança comercial, ilustrada na Tabela 1, um repique da inflação devido ao *boom* da demanda, observado com paridade do Real ao Dólar. Em decorrência disso, seu governo era pressionado para administrar a estabilidade monetária, suspeitas de falha no sistema de câmbio rígido devida a má experiência do México na crise de 1994. Ademais, o governo sofreu com a queda na entrada de capital estrangeiro (Giambiagi, 2011).

Tabela 1 – Balança Comercial em U\$ bilhões

Anos	Balança Comercial
1990	10.753
1991	10.579
1992	15.239
1993	13.307
1994	10.466
1995	-3.352
1996	-5.599
1997	-6.748
1998	-6.604
1999	-1.260

Fonte: Antunes (2011, p. 70)

Em resposta, o governo lança um pacote de medidas que consistia em: i) desvalorização controlada da moeda e ii) alta da taxa de juros, para conter o consumo e estimular a entrada de capital estrangeiro. Entretanto, devido aos sucessivos aumentos na taxa de juros e déficits fiscais, gerou-se uma crise especulativa acerca das condições do Estado em cumprir com suas dívidas (Giambiagi, 2011; Abreu; Werneck, 2014).

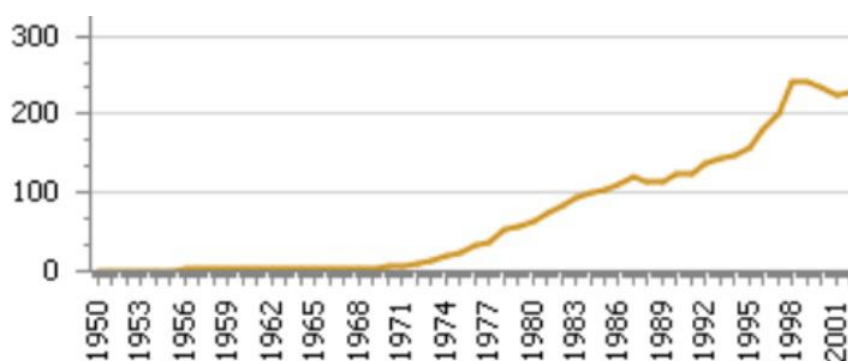
Consequentemente, para conter a possível crise na estabilidade é anunciado uma alteração na equipe do Banco Central e um novo plano para assegurar a estabilização, pautados em três objetivos: i) ajuste fiscal para assegurar o pagamento dos títulos públicos frente ao

aumento da taxa de juros e a depreciação cambial; ii) assegurar contas externas compatíveis com a arrecadação; e iii) evitar que os choques externos influenciem uma alta na inflação (Abreu; Werneck, 2014, p. 349-350). No entanto, a alta de juros surtiu efeitos adversos na economia brasileira. Positivamente, garantiu a entrada de capital estrangeiro e assegurou as reservas internacionais. Entretanto, houve uma série crise fiscal, o PIB se deteriorou caindo 3%, sendo a Indústria o setor mais prejudicado com uma queda de 9% (Giambiagi, 2011).

Ademais, com a balança econômica em déficit, a conjuntura econômica entrou em um ciclo vicioso, uma vez que, para manter a taxa de câmbio, era necessário elevar a taxa de juros crescente para financiar seu déficit para entrada de capital. Dessa forma, o governo lança um pacote de medidas conhecido como Tripé Macroeconômico que consistia em: i) desvalorização controlada da moeda, com o câmbio sobrevalorizado; ii) alta da taxa de juros; e iii) metas de inflação (Baer, 2003; Giambiagi, 2011).

Nesse contexto, a indústria ainda sofria com o câmbio sobrevalorizado o que impactava as exportações, pois fazia com que os produtos nacionais deixassem de ser competitivos no mercado internacional. Assim, houve a alta nas importações que gerou uma penetração de importações na indústria e um déficit comercial, este que era financiado pela entrada de capital estrangeiro. Essas medidas, para tornar o Brasil atrativo para o capital estrangeiro, custaram o aumento da dívida externa líquida como representado na Figura 7 (Giambiagi, 2011).

Figura 7 – Dívida Externa em U\$ bilhões



Fonte: IPEA (2023)⁷

Ademais, a PICE, e, por conseguinte da continuidade do processo de abertura econômica similar nos governos Itamar Franco e FHC, não atingiu seu objetivo de desenvolvimento tecnológico e produtivo da indústria nacional. Pelo contrário, as políticas de

⁷ disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>

abertura baseadas na terapia de choque iniciam o processo de desindustrialização do Brasil. Nesse sentido, conforme apresentado por Borges, Romero e Silveira (2023) houve um aprofundamento da heterogeneidade da estrutura produtiva na qual os setores de Mineração e extração de pedras e Fornecimento de eletricidade, gás e água eram os setores com maior valor adicionado anual por trabalhador e continuaram a crescer, como demonstra na Tabela 2, todavia, a manufatura apresentou um aumento de apenas 3,35%.

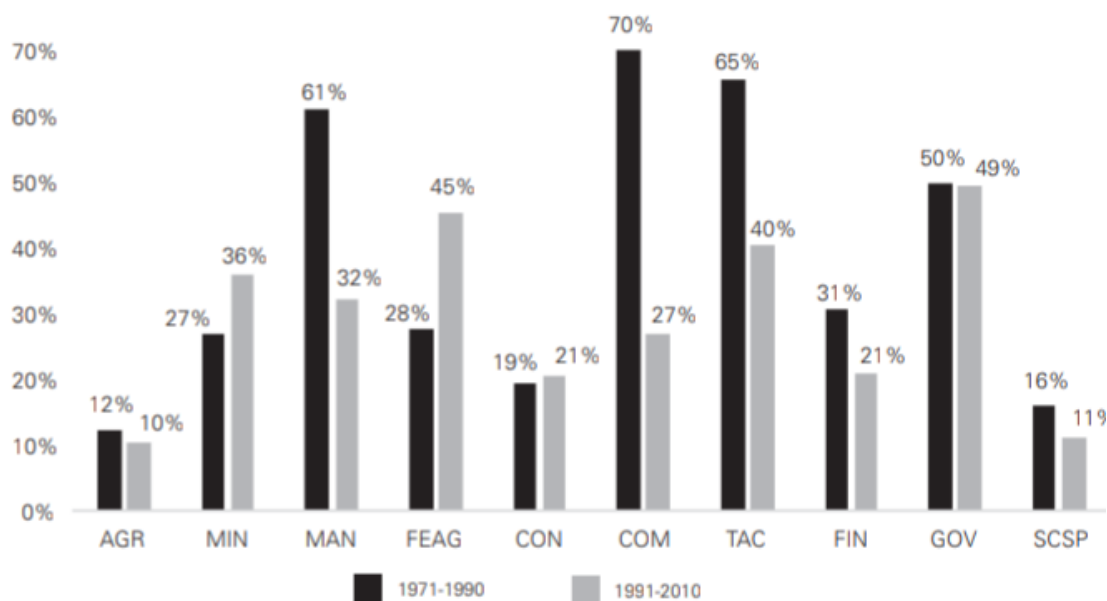
Tabela 2 – Valor adicionado anual por trabalhador (mil R\$ de 2005)

Setor	1971-1980	1981-1990	1991-2000
AGR	2,16	3,16	4,01
MIN	65,02	72,93	115,74
MAN	28,04	25,40	26,25
FEAG	38,00	80,56	147,85
CON	17,83	17,96	17,31
COM	24,72	19,25	14,00
TAC	31,08	39,74	39,72
FIN	44,16	51,09	34,55
GOV	39,28	30,81	32,02
SCSP	8,00	6,28	6,46
Agregado	16,80	19,16	18,16

Fonte: Borges, Romero e Silveira (2023, p. 925)

Do mesmo modo, a Figura 8 ilustra que o desenvolvimento tecnológico na indústria não foi alcançado com a PICE, e sim o oposto, já que a manufatura é o setor que apresenta maior contraste a partir da década 1990, antes com produtividade média relativa a 61% da produtividade dos Estados Unidos, reduz para apenas 32%. É possível observar, também que o *gap* tecnológico apresenta queda em todos os setores, menos, novamente, no de Mineração e Extração de pedras e Fornecimento de eletricidade, gás e água. No entanto, o crescimento percentual é extremamente baixo ao comparar com as quedas nos demais setores (Borges; Romero; Silveira, 2023)

Figura 8 – Gap tecnológico médio (Brasil/EUA)



Fonte: Borges, Romero e Silveira (2023, p. 925)

Destarte, no período de redemocratização, no cenário doméstico, e das transformações internacionais do pós-Guerra Fria, caracterizadas pela imposição de uma ordem global alinhada ao Consenso de Washington, os dados apresentados e as políticas implementadas pelos tomadores de decisão brasileiros revelam a marcante influência da Doutrina Neoliberal na política econômica destinada à abertura da economia do país. Essa influência é evidenciada de forma clara no Quadro 3, que fornece uma sistematização do contexto em tela.

Quadro 3 – Medidas Alinhadas com o Consenso de Washington adotadas pelo Brasil na Década de 1990

Governo Collor (1990-1992)	Governo Itamar Franco (1992-1994)	Governo FHC (1995-2002)
Tentativa de disciplina fiscal por meio de contenção de gastos públicos	Manutenção da Abertura econômica indiscriminada	Política de estabilidade econômica baseado no câmbio, controle da inflação e disciplina fiscal
Política de abertura comercial indiscriminada	Manutenção da política industrial baseada na terapia de choque	Manutenção da Abertura econômica indiscriminada
Política industrial baseada na terapia de choque	Plano de disciplina fiscal rigoroso com repasses públicos	Manutenção da política industrial baseada na terapia de choque
Privatização deliberada das empresas públicas	Plano de estabilidade monetária baseada em medidas fiscais, monetaristas e âncora nominal vinculado ao dólar	Uso de altas taxas de juros para atrair capital estrangeiro

Fonte: Elaboração própria (2023)

Com o exposto, é possível identificar que as diretrizes econômicas do Consenso de Washington foram diluídas nas formulações políticas modernizantes de Collor nos princípios do seu plano de abertura econômica e industrial, formalizados no PICE. É notável, ainda que não tenha havido uma continuação formal, que os mesmos princípios foram seguidos por Itamar Franco e FHC. No entanto, o uso de algumas medidas apresentou resultado mistos, como a estabilização monetária que foi alcançada, mas problemas crônicos como a dívida externa foram agravados, em virtude das medidas que apreciaram a moeda e o uso de altas taxas de juros.

3.2 A Abertura Econômica Chinesa: um ponto fora da curva?

O incrível crescimento econômico da China nas últimas duas décadas impactou as configurações de poder nas relações internacionais por mudar o eixo geopolítico do Atlântico para o Pacífico. Nesse sentido, os efeitos do rápido desenvolvimento do país asiático foram capazes de modificar o mapa do comércio internacional e já tem notável influência sobre fluxos de investimento internacional. Por isso, é imprescindível compreender os fatores que levaram a China ao seu sucesso econômico de forma a conseguir escapar da terapia de choque proposta no Consenso de Washington (Zheng, Giorgini e Silver 2006; Leão, 2018).

Com esse enfoque, é fundamental apontar que a China não busca confrontar o *status quo* das potências hegemônicas, pelo contrário, se opõe a qualquer forma de hegemonismo sob a abordagem que as problemáticas de um país devem ser resolvidas por seu próprio povo. Essa política externa chinesa é caracterizada como *Ascensão Pacífica* (peaceful rise), cuja estratégia de inserção internacional é pragmática e guiada para sustentar pacificamente seu desenvolvimento. Nesse sentido, o crescimento econômico chinês não constitui, portanto, um simples fenômeno econômico, mas repercute evidentemente no plano político (Cintra, 2011; Preto 2011, p. 21).

Dessa forma, a China consegue romper com os enclaves do desenvolvimento condicionado às nações periféricas, de mesmo modo, que contradiz os modelos de desenvolvimento propostos pelas potências hegemônicas ao seguir um modelo autônomo. Por isso, a maneira que a China se torna uma potência econômica põe em debate o papel do Estado no planejamento em mercados globalizado, em um contexto que se concebia unicamente o mercado como promotor do desenvolvimento (Jaguaribe, 2011)

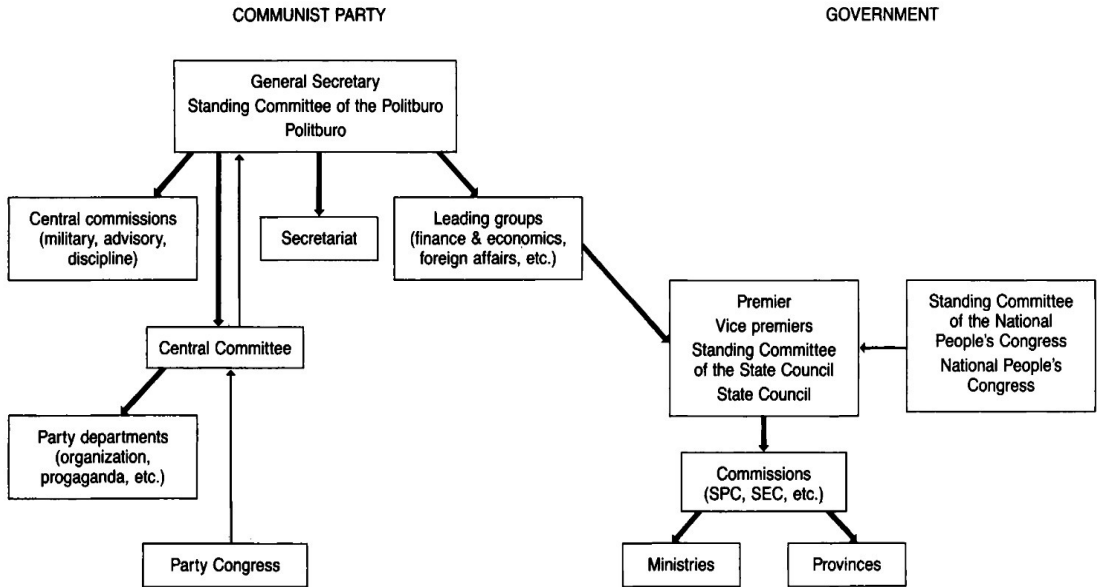
Por conseguinte, devido à natureza singular do sistema econômico chinês, a análise da abertura econômica da década de 1990 é um exercício complexo, pois se trata de um momento de inflexão na economia chinesa com o aprofundamento das reformas propostas nas Quatro Modernizações (Jaguaribe, 2011). Dessa forma, esse tópico é dividido em duas subseções. A primeira tem o objetivo de compreender as diretrizes estabelecidas nas Quatro Modernizações de Deng Xiaoping para a condução da economia chinesa, a fim de compreender a forma como a abertura econômica se correlaciona com o processo de desenvolvimento econômico chinês. Na seção subsequente, serão apresentadas as reformas realizadas no período, destinadas a consolidar modelo de desenvolvimento adotado no período.

3.2.1 As Quatro Modernizações: a reestruturação da economia chinesa

O processo de abertura econômica chinês é historicamente anterior ao que se viu na América Latina na década de 1990, ele se inicia após a morte de Mao Zedong, em 1976, liderada por Deng Xiaoping. Isto porque, Xiaoping identificou o isolacionismo Chinês como um enclave para o desenvolvimento econômico no período. Nesse sentido, a integração na economia mundial seria a forma de *catching-up* chinês (Shirk, 1993).

Dessa forma, é planejada por Xiaoping em 1978, no 11º Comitê Central do Partido Comunista o plano nomeado Quatro Modernizações, com o objetivo de iniciar o processo de abertura econômica. Diferente das experiências das ex-Repúblicas Soviéticas, o processo de reforma econômica não veio acompanhado de uma reforma política, pelo contrário, a expansão econômica visava garantir a estabilidade política e sustentar as condições materiais do regime, mediante a relação entre o exercício de governo e o monopólio político do Partido Comunista Chinês (PCC), ilustrada na Figura 9 (Chang, 1990; Shirk, 1993).

Figura 9 – Relações de Autoridade Formal entre Instituições Centrais do Partido Comunista e do Governo na República Popular da China



Formal Authority Relations Among Central Communist Party and Government Institutions in the People's Republic of China
NOTE: This chart includes only the institutions discussed in this book. Thin lines indicate weaker authority.

Fonte: Shirk (2023, p. XI)

Dessa forma, as Quatro Modernizações têm o objetivo de desenvolver a China até os anos 2000. Segundo Chang (1990), o plano de modernização chinês de Deng Xiaoping foi baseado em sete diretrizes, demonstradas no Quadro 4:

Quadro 4 – Diretrizes do plano de modernização chinês

As Quatro Modernizações	Diretrizes
	Aprimorar a expansão agrícola tornar a agricultura para torná-la a base da indústria
	Importar novas tecnologias e equipamentos mais recentes do exterior por meio de contratos conjuntos com governos e empresas estrangeiras
	Necessidade de fortalecer a pesquisa científica
	Reorganização das empresas para utilizar a ciência e habilidades de gestão
	Melhorar a qualidade dos produtos para garantir a expansão do mercado no exterior
	Enfatizar o sistema de pessoal e eficiência organizacional na responsabilidade do trabalho
	Permitir discrepâncias salariais para recompensar trabalhadores eficientes

Fonte: elaboração própria a partir de Chang (1990, p. 27-28)

Segundo Chang (1990), a chave para o sucesso das reformas de Xiaoping estava na expansão da economia chinesa para criar uma melhor qualidade de vida. Para alcançar esse objetivo foi imprescindível a expansão na educação, para criação de um aparato tecnológico, aprimoração de *know-how* e uma reforma na estrutura da economia urbana, que visasse a: i) autonomia das empresas; ii) incentivos de bônus; iii) separação do governo da economia; iv) ênfase na participação dos trabalhadores na tomada de decisões nas empresas e v) implementação de novos sistemas de impostos.

No entanto, Shirk (1993) identifica que os maiores obstáculos para o avanço da abertura econômica chinesa são de natureza política, visto que, ao contrário da democracia liberal, o sistema de decisão política chinês é formado a partir do Centralismo Democrático. A base desse sistema, na China, é a ideologia confuciana, que coloca o bem-estar coletivo acima dos direitos individuais. Nesse sentido, de acordo com Yang (2016, p. 180) o Centralismo Democrático busca o “bem coletivo” em vez da apresentação dos direitos individuais do liberalismo, isto é, uma representação clássica de “bem coletivo” que “um indivíduo obedece à organização e a minoria obedece à maioria”.

Dessa forma, os empecilhos para o avanço da abertura econômica surgem devido ao sistema de decisão políticas que é feito a partir de um consenso entre os membros do PCC, já que, medidas que ameaçam o *status quo* de algum grupo são vetadas. Ademais, na presença de divergências, a estrutura hierárquica desempenha um papel na não consolidação de um consenso. Isso ocorre, pois, as partes subordinadas, ao perceberem discrepâncias entre as ideias de seus líderes e as propostas apresentadas, tendem a agir com menor propensão de concordância (Shirk, 1993)

Dito isto, em 1980 a ala reformista do Partido Comunista a qual Deng Xiaoping fazia parte ganha força com a vitória nas eleições de Hu Yaobang e Zhao Ziyang como membros permanentes do PCC, Hu com o cargo de Secretário Geral⁸ e Zhao eleito primeiramente Vice Premiê, mas, promovido para Primeiro Ministro (Weber, 2021). Por conseguinte, diante de uma resistência na burocracia chinesa, os primeiros passos das reformas são realizados de forma gradual em áreas onde existia maior consenso entre as alas pró e contrarreformas do PCC (Shirk, 1993).

⁸ Hu Yaobang originalmente foi eleito com o cargo de Presidente do Partido Comunista cargo equivalente ao cargo de Secretário Geral do Partido Comunista (Weber, 2021).

Diante disso, um marco na evolução das reformas é visto no 12º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, realizado em 1984, quando as reformas industriais e comerciais urbanas foram adotadas com o documento intitulado *Decision on the Economic System Reform*. O objetivo foi a criação de empresas estatais desvinculadas do governo com responsabilidade sob seus lucros e prejuízos (Cheng, 1985). Como evidencia Weber (2021), esse avanço representa a mudança da economia socialista planificada para uma economia mercantil planificada baseada na propriedade pública, na qual a lei do valor deve ser conscientemente seguida e aplicada.

Dessa forma, a nova estrutura da economia chinesa é explicada por quatro premissas (Weber, 2021):

- i. *Deixar ir* (放), que representa a liberação de preços para regulação do mercado para produtos considerados de pouco relevância;
- ii. *Reformar* (改), pertinente à descentralização do controle de preços que passaria a ser responsabilidade de níveis administrativos menores do PCC,
- iii. *Ajustar* (调), atrelado ao ajuste de controle de preços de mercadorias mais importantes; e
- iv. *Participar* (参), pertinente à participação do Estado na compra de mercadorias para evitar flutuação de preço case chegasse a níveis extremos.

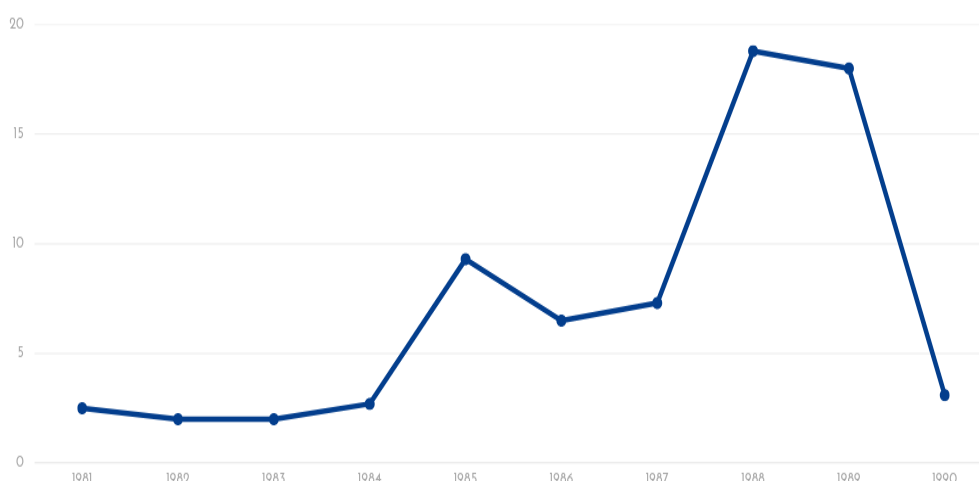
Essas premissas foram instauradas como lei em 1985. Posteriormente, em outubro de 1987, após o 13º Congresso do Partido Comunista da China, Zhao Ziyang se tornou o Secretário Geral do PCC, um dos principais nomes da ala radical pré-reforma. No entanto, o Cargo de Primeiro-Ministro, institucionalmente responsável pela política econômica, fica por responsabilidade de Li Peng que tinha uma ideia mais moderada acerca das reformas, pois enxergava que uma liberalização radical levaria a um sobreaquecimento da economia e desencadearia um quadro de hiperinflação (Rosen, 1988; Weber, 2021).

Nesse cenário, um passo importante na evolução das reformas é a promulgação do Regulamento Provisório sobre o Sistema de Contrato de Responsabilidade Gerencial de Empresas Industriais, em 1988. O Regulamento representa um avanço na “Decisão” de 1984 ao reestruturar a microeconomia da China. Sua função é separar o controle das empresas estatais e delegar essa função para gerentes contratados por meio de licitações. Dessa forma, o objetivo é melhorar a gestão operacional chinesa e criar uma relação estável entre governo e empresas

para aprimorar os pagamentos de impostos. Para tal, os gerentes das estatais ganhavam mais autonomia administrativa, mas em contrapartida, tinham total responsabilidade por seus lucros e prejuízos (Sheng; Nong. 2012)

No entanto, um quadro inédito de inflação acima dos 15%, como demonstrado na Figura 10, marca uma ruptura acerca da política econômica que se torna pauta no PCC, em virtude da divergência de ideais sobre como conduzir as reformas econômicas. Nesse cenário, o Partido é dividido entre ala radical e outro gradual. A ala reformista radical é formada por Zhao Ziyang conjuntamente com seus formuladores da reforma econômica, os economistas Wu Jinglian e Zhou Xiaochuan. Nessa abordagem radical, a inflação é o resultado de uma elevada demanda na economia, originada por uma excessiva demanda monetária. Nessa lógica, a liberalização surge como receituário para que o mercado autorregule (Weber, 2021).

Figura 10 – Taxa de inflação, preços médios ao consumidor - Alteração percentual anual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FMI (2023)

Sob essa ótica, entre 15 e 17 de agosto de 1988, o PCC realiza uma reunião plenária em Beidaihe, e propõe o “Plano Preliminar de Reforma de Preços e Salários” (关于价格、工资改革的初步方案). A partir desse plano é realizada uma reforma liberalizante ao retirar completamente a responsabilidade do Estado em definir preços, mesmo em áreas estratégicas. No entanto, quando divulgado em 19 de agosto do mesmo ano, o comportamento da população não seguiu a expectativa do planejado. A reforma gerou desconfiança na população em relação ao poder monetário, o que fez com que retirasse suas poupanças para adquirir bens duráveis devido ao receio de uma possível recessão. Tal comportamento contribuiu para um aumento significativo na demanda e resultou em um aumento adicional na inflação (Weber, 2021).

Esse evento representa a derrota da ala reformista radical e denota a perda de influência de Zhao Ziyang na condução da política econômica, sendo transferida majoritariamente para Li Peng e Yao Yilin, seu Vice Premiê, nomes mais influentes da ala da reforma gradual. Com isso, a ênfase da equipe econômica é centrada na estabilidade monetária, ao invés de seguir com as reformas. Por conseguinte, as medidas que restauram o equilíbrio econômico são: i) a volta do controle de preço pelo Estado em setores essenciais e ii) a emissão de títulos indexados ao valor de uma cesta de *commodities*, cuja ideia era restaurar a confiança da população na moeda criando uma relação de valor entre os títulos e as *commodities* (Weber, 2021).

Em decorrência do exposto, a experiência chinesa não procurou romper com o antigo sistema vigente, pelo contrário, trabalhou para a criação de um sistema de mão dupla, ao orientar o surgimento de uma economia não estatal fora da economia estatal. Ademais, o sistema econômico chinês é implantado de maneira gradual por meio de projetos pilotos, e, a partir do resultado de suas experiências, são feitos os ajustes para uma escala nacional. Dessa forma, conforme Zhang e Chang (2016), evitar a Terapia de Choque, operada nos anos de 1980 nos países do *welfare state*, bem como naqueles que se distanciavam do bloco comunista, e seguir uma reforma gradual é a principal característica da reestruturação da economia da China.

3.2.2 Implicações do Modelo Desenvolvimentista Chinês: Reformas da década de 1990 para garantir o financiamento externo

No que tange à década de 1990, é necessário salientar que, com a estabilidade política ameaçada após o incidente na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*) e a pequena crise inflacionária, o objetivo da década para o PCC é garantir a legitimidade do seu regime político. Dessa forma, ao identificar a preocupação da população chinesa com seus meios de subsistência, surge a necessidade de garantir o desenvolvimento econômico para sustentar o regime do Partido (Saich, 1992, 2021)

No entanto, PCC entendiam que a “nova revolução tecnológica” agravou as disparidades entre as estruturas econômicas da China com os países centrais, logo, a década de 1990 é crucial para o processo de desenvolvimento do país. Entretanto, fatores domésticos como o fornecimento e distribuição de alimentos, que não acompanharam o crescimento populacional, se tornaram enclaves para o *catching-up* chinês, pois, promoveu o uso das reservas cambiais para compra de itens básicos, ao invés de tecnologia avançada (Saich, 1992).

Dessa forma, a agenda das reformas econômicas volta com o 14º Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado em 1992, no qual Jiang Zemin, se torna Secretário Geral do

período, e Li Peng, o Primeiro Ministro. As reformas foram reformuladas com as experiências anteriores e adaptadas para o novo objetivo chinês de estabelecer Economia de Mercado Socialista com Características Chinesas (Saich, 1992; Weber, 2021). Essa nova forma de economia chinesa concebia uma relação flexível entre o planejamento econômico e a regulação do mercado, o conceito é explicado por Jiang Zemin em seu discurso na 14º Congresso do Partido Comunista Chinês:

A ênfase no planejamento ou na regulação do mercado não era a distinção essencial entre socialismo e capitalismo. Esta tese brilhante ajudou a nos libertar da noção restritiva de que a economia planificada e a economia de mercado pertencem a sistemas sociais basicamente diferentes, provocando assim um grande avanço na nossa compreensão da relação entre planificação e regulação do mercado.⁹

Sob esse prisma, o processo de abertura econômica chinês sob a liderança de Jiang Zemin é desenhado para atingir i) o aumento na participação do comércio internacional; ii) a aquisição de know-how; e iii) o acesso às fontes externas de capital e novas tecnologias (Acioly, 2005). Entretanto, as linhas de orientação desse processo de abertura econômico foram subordinadas ao governo chinês e não a Organizações Internacionais como foi observado na tendência da época.

Dessa forma o PCC pauta o seu processo de abertura econômica nas seguintes diretrizes apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Diretrizes Para as Reformas Econômicas da Década de 1990

Reformas da década de 1990	Diretrizes
	Manutenção do caráter pragmático das reformas com destaque para os aspectos relacionados ao capital estrangeiro;
	Maior controle dos aparatos e setores sociais;
	Liderança e intervenção do Estado nacional na condução das mudanças econômicas;
	Ampliação do campo de relações diplomáticas com várias regiões do mundo a fim de legitimar o regime político chinês; e

⁹Tradução própria, original: “Whether the emphasis was on planning or on market regulation was not the essential distinction between socialism and capitalism. This brilliant thesis has helped free us from the restrictive notion that the planned economy and the market economy belong to basically different social systems, thus bringing about a great breakthrough in our understanding of the relation between planning and market regulation”, disponível em: http://www.bjreview.com.cn/document/txt/2011-03/29/content_363504.htm

	Continuidade da modernização econômica com maior apoio do setor externo e da formação de grandes conglomerados nacionais capazes de competir internacionalmente.
--	--

Fonte: Leão (2012, p. 167-168)

Desse modo, o governo chinês alinha o processo de abertura econômica para atingir seu objetivo de desenvolvimento econômico. Outrossim, no Oitavo (1991-1995) e no Nono (1996-2001) Plano Quinquenal, o Estado ganha papel fundamental em coordenar suas estratégias cambiais, de comércio exterior, de atração de investimento e inovação tecnológica em prol do desenvolvimento industrial (Masiero e Coelho, 2014). Nesse sentido, conforme Moraes (2015, p. 62), evidencia a importância do papel do Estado em regular as políticas de barreiras tarifárias e não tarifárias e ao impor restrições à importação de bens finais e a entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED).

Neste ínterim, é decidido que a abertura econômica é ferramenta de potencialização de empresas nacionais através de investimentos diretos e de empresas estrangeiras que operam no país ao promover a formação de *Joint Ventures* por meio do denominado, sistema de aprovação administrativa. Nesse contexto, a transferência de tecnologia passa a constar formalmente nos contratos de formação de sociedade das *Joint Ventures*, que são adotadas ao invés das empresas de capital exclusivamente estrangeiro, visto que esse formato de empreendimento teria uma tendência maior para acentuar o desenvolvimento do progresso técnico-industrial (Leão, 2013; Moraes, 2016)

Desta forma, a década de 1990 demarca a fase em que a China trabalha para assimilar tecnologia, por meio da atuação do Estado em regular a entrada de IEDs, conforme evidencia Carvalho e Nogueira (2023) Como a emenda na *Joint Ventures Law* em 1990, em que China determina que o presidente ou vice-presidente das *Joint Ventures* fosse escolhido por país. É visto também, com o *Detailed Rules for the Implementation of the Law on Wholly Foreign-Owned Enterprise* publicado no mesmo ano, que determina às empresas estrangeiras as obrigações de: i) manter superávit em suas transações em moeda estrangeira, e ii) adotar tecnologia de ponta ou exportar no mínimo 50% de sua produção.

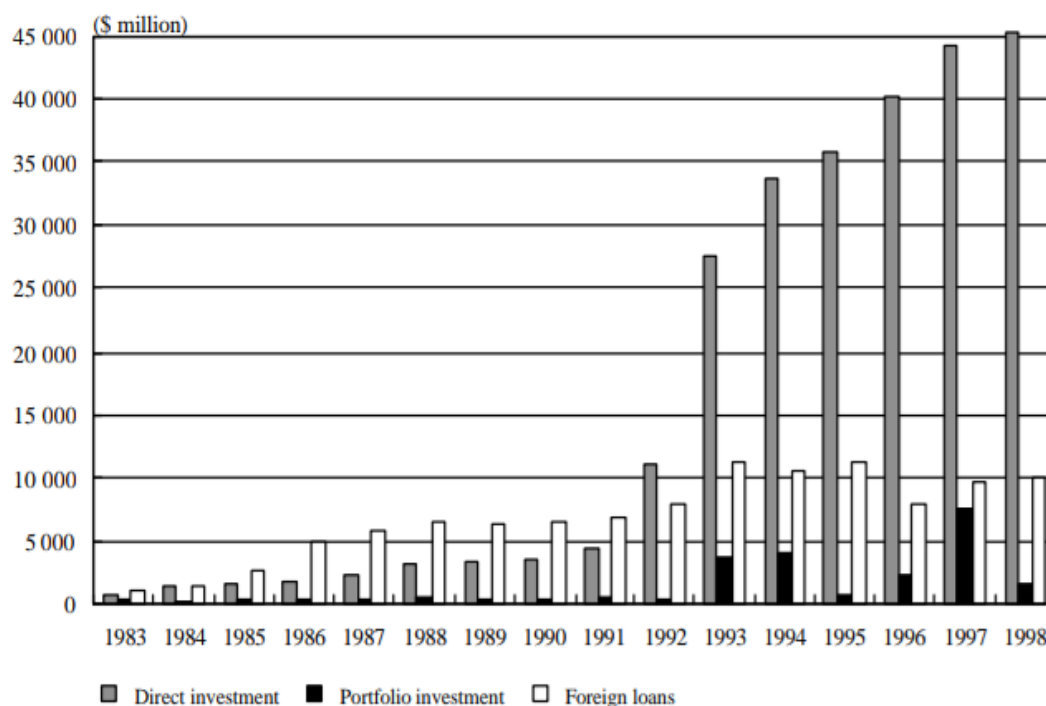
Por conseguinte, o *Provisional Regulations on Direction Guide to Foreign Investment*, é publicado em 1995, este documento estipulava que o direcionamento dos IEDs deveria seguir as diretrizes das estratégias econômicas da China propostas no *The Guiding Catalogue of Industries for Foreign Investment*, este que será atualizado de acordo com a necessidade de sustentar o desenvolvimento econômico e tecnológico do país (Carvalho; Nogueira, 2023).

Esse modelo de desenvolvimento é caracterizado como uma combinação das dinâmicas *export-led* e *investment-led*, ou seja, um modelo de desenvolvimento que estimula a exportação, ao mesmo tempo, que incentiva o investimento na economia doméstica. Em decorrência desse modelo, é visto que a China usa a abertura econômica como elo entre essas duas características, ao angariar IED como forma de financiamento externo e, conseqüentemente, mudar sua matriz exportadora devido a operação de empresas estrangeiras orientadas para a exportação (Jabbour, 2021).

Em virtude disso, para garantir unicamente IEDs, o PCC restringe as demais formas de financiamento externo, política adotada com sucesso, como demonstrado na Figura 11. O intuito dessa medida é defender a soberania nacional para não se tornar dependente de empréstimos bancários (Sambatti, Rissato, Brandenburg, 2011). A base dessa estratégia está nos estudos chineses do período conhecido como *Milagre Econômico* que ocorreu no Brasil. No entanto, uma distinção do caso brasileiro, é o enfoque chinês na absorção de tecnologia e *know-how* estrangeiro, e, não somente o crescimento das exportações, o que torna o IED uma melhor opção de financiamento externo (Weber, 2021).

Com a Figura 11 é possível observar a preferência pelo financiamento via IEDs no processo de abertura econômica chinesa, o que acarreta, em contrapartida, um ambiente econômico atrativo para que as empresas estrangeiras aceitem as condições impostas pelo governo. Nesse contexto, o PCC cria equipes econômicas com o objetivo de formular estratégias abrangentes para entender e lidar com os aspectos econômicos como tributação, sistema fiscal, sistema financeiro, empresas e comércio exterior. As medidas resultantes dos estudos são apresentadas no Terceiro Plenário do 14º Congresso do Partido, realizado em 1993, quando foi adotado a “Decisão sobre Questões Relacionadas com o Estabelecimento de uma Estrutura Econômica Socialista de Mercado”, sendo base para as reformas que ensejam uma maior abertura econômica na década (Qian, 2000)

Figura 11 – Fontes de financiamento externo na China, 1983-1998 em U\$ milhões



Fonte: Lemoine (2000, p. 22)

Ademais, apresenta um avanço no “Regulamento Provisório sobre o Sistema de Contrato de Responsabilidade Gerencial de Empresas Industriais em rumo ao desenvolvimento das Empresas Estatais”. Enquanto o regulamento decretou uma maior autonomia para os gerentes que culminou na criação de uma classe empreendedora, a “Decisão” define os poderes e responsabilidades, separação entre empresa e administração, e gestão científica como direção para a reforma das estatais (Sheng; Nong, 2012).

Dito isto, a partir da “Decisão” de 1993, é realizada uma série de reformas econômicas, a fim de sustentar o novo modelo de desenvolvimento. Os dois objetivos das reformas são: i) garantir um ambiente econômico atrativo para empresas estrangeiras; ii) criar um ambiente economia favorável, para que as empresas aceitassem as condições de orientação de sua produção para o mercado externo e a obrigatoriedade de transferência de tecnologia (Qian, 2000, Leão, 2012).

É nesse sentido, que a principal estratégia chinesa é a expansão de suas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) para atrair investimentos. Antes da década de 1990, as ZEEs se encontravam primordialmente em zonas costeiras, sendo Guangdong e Fujian as primeiras ZEEs criadas ainda em 1979, ao longo da década de 1990 foram abertas 11 novas áreas nas províncias de Shanghai, Jiangsu, Anhui, Jiangxi, Hunan, Hubei, Sichuan e Inner Mongolia (Ma, 2000; Qian, 2000).

É possível verificar a concentração das ZEEs nas cidades da zona costeira e sua expansão para cidades fronteiriças ao visualizar as províncias na Figura 12.

Figura 12 – Mapa da China



Fonte: Wu (2016, p. 16)

Para assegurar a permanência e orientar as empresas a exportar, as ZEEs usufruem de política tributária diferenciada que fornece menor tributação para aquelas empresas que se estabelecessem na região; para as empresas estrangeiras que exportam 70% da sua produção; e para aquelas que adquirem maquinário no mercado doméstico e possibilite o *cashback* em forma de reinvestimento (Lazzari, 2005). No entanto, em 1996 o governo chinês acaba com as isenções fiscais e reduz a taxa de *cashback*, reintroduzido novamente em 1998, em um contexto de competitividade com os outros países asiáticos com câmbio depreciado (Ma, 2000).

Destarte, é visto uma reforma no sistema cambial em 1994. O sistema duplo cambial é abolido e passa a existir somente uma taxa definida pelo mercado. Desse modo, a reforma foi estratégica para orientar as empresas para o setor exportador, já que, como observado na Tabela 3, a reforma proporciona um ambiente cambial estável e, mesmo com a pequena apreciação cambial, observada entre os anos de 1994 e 1998 em decorrência das reformas, as exportações ainda continuavam competitivas em comparação com os anos anteriores devido a maxidesvalorização que o Yuan passou desde 1981 (Ma, 2000; Qian, 2000; Leão, 2012; Jabbour, 2021).

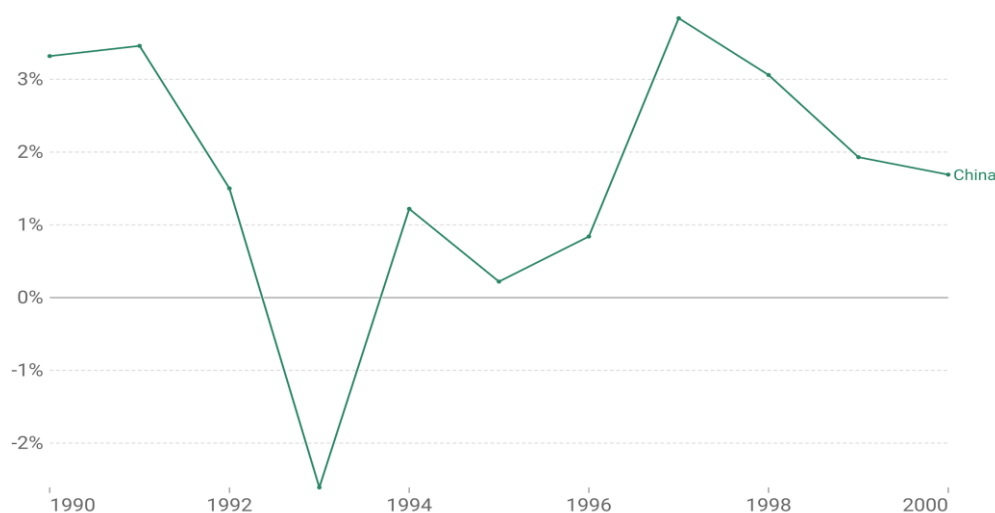
Tabela 3 – Taxa de Câmbio (Yuan / US\$)

Anos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
	1.75	1.92	1.98	2.8	3.2	3.72	3.72	3.72	4.72	5.22	5.43	5.75
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	5.8	8.45	8.32	8.3	8.28	8.28	8.28	8.28	8.28	8.28	8.28	8.28

Fonte: Vieira (2006, p. 411)

Na sequência das reformas, é visto a liberação da conversibilidade da conta corrente do Yuan, com intuito de dinamizar as transações comerciais. No entanto, a China mantém o controle da conversibilidade da conta de capitais, essa era uma medida protetiva para evitar a fuga de capitais em investimentos estrangeiro ou investimento em ativos financeiros (Qian, 2000). É relevante destacar que a adoção dessas medidas refletiu em uma administração do balanço de pagamentos mais eficiente, que, após as reformas de 1994, apresentou sucessivos superávits em transações correntes, como é demonstrado na Figura 13 (Jabbour, 2021).

Figura 13 – Transações correntes do balanço de pagamentos, em % do PIB (1990 - 2000)



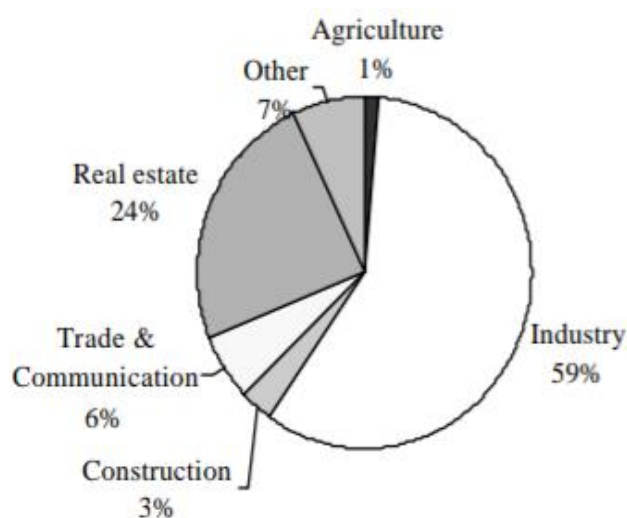
Fonte: Our World in Data (2023)¹⁰

Outra característica da abertura econômica chinesa, além da política de direcionamento de investimentos para regiões específicas, é a alocação de investimento para setores estratégicos, em que é possível verificar a divisão setorial dos IED, conforme observado na

¹⁰ Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/current-account-balance-as-a-proportion-of-gdp?tab=chart&time=1990..2000&country=~CHN>

Figura 14. Na década de 1990, é investido U\$ 221 milhões¹¹ em projetos para aprimorar a infraestrutura e a capacidade de produção dos setores de exportação de produtos como o têxtil, indústria leve e máquinas e eletrônicos. Além das medidas citadas, o Ministério de Eletrônica e Informação chinês criou fundos especiais destinados às empresas do setor de máquinas e eletrônicos (Ma, 2000).

Figura 14 – Divisão setorial dos IED na China entre 1993-1998

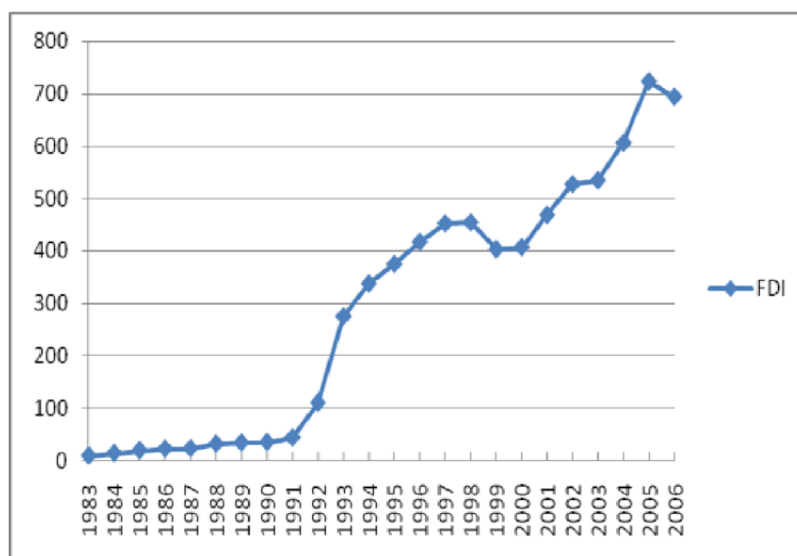


Fonte: Lemoine (2000, p. 29)

Dessa forma, é possível verificar o êxito no processo de abertura econômica chinês ao alcançar seu objetivo de atrair financiamento externo, como destacado na Figura 15, com a evolução do IEDs. Ademais, as políticas de criação de ZEEs na região costeira somadas às políticas de setorização dos IEDs, resultaram no surgimento de agrupamentos industriais especializados em somente uma mercadoria com produção em escala, denominadas de *supply-chain cities*, ilustradas na Figura 16 (Gereffi, 2009).

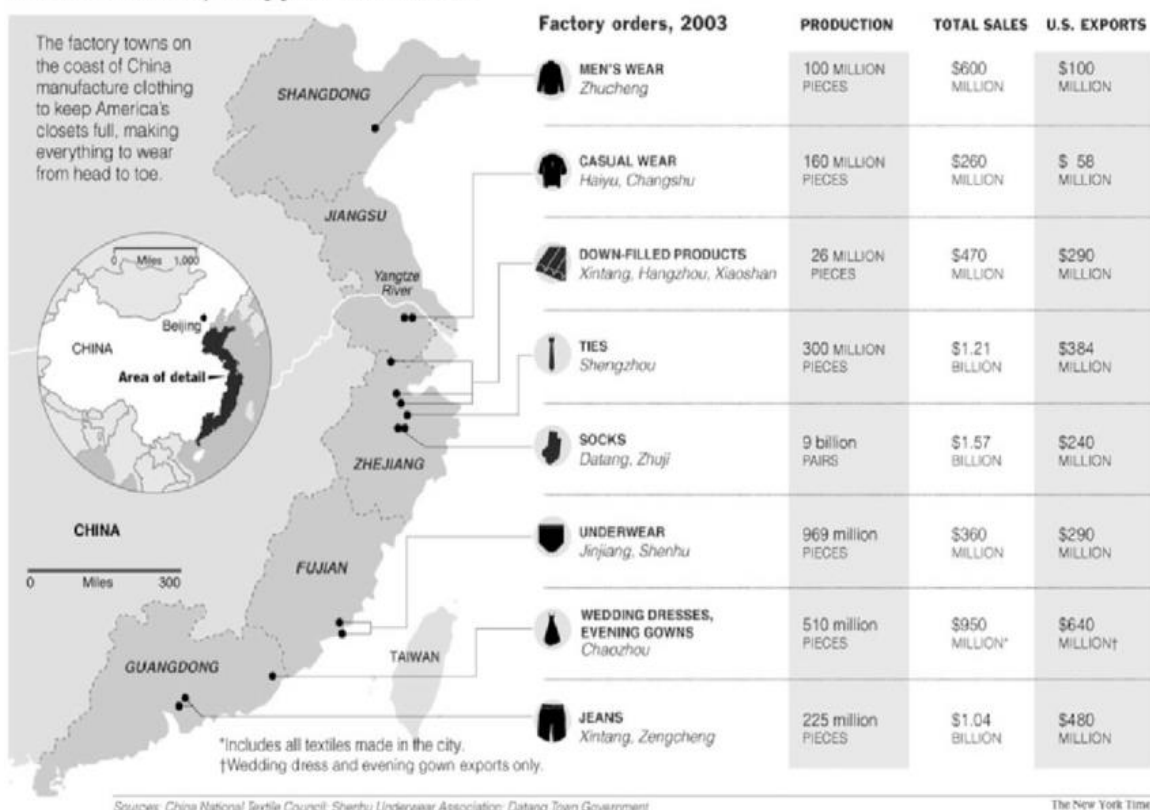
¹¹ Conversão feita de Y\$1,5B, a partir dos dados de Ma (2020), em dólares de 2023.

Figura 15 – Investimento Direito Estrangeiro na China em milhões de Yuan



Fonte: Yeh e Chu (2009, p. 28)

Figura 16 – As supply-chain city da China em vestuário

Made in China, Shipped Worldwide

Fonte: Gereffi (2009, p. 47)

Em síntese, pode-se verificar que a abertura econômica adotada na China se difere do caso brasileiro, notadamente, em que pese o papel do Estado e o papel do capital privado no

processo de decisão. No caso Chinês, o capital privado estrangeiro teve fundamental importância no processo de desenvolvimento, entretanto, seu espaço de atuação foi delimitado pela atuação ativa do Estado em coordenar a economia nacional.

No entanto, de acordo com Zheng, Giorgini e Silver (2006), as expansões das ZEEs não alçaram a China de forma equitativa e a maior parte do território Chinês, encontrado na zona oeste, que abrange 56% do território e 23% da população, não desfrutou de tais políticas. Dessa forma, a falta de políticas econômicas para a região reflete na disparidade econômica com o restante do território chinês, visto que representa apenas 15% do PIB e tem um PIB per capita 40% menor que a média nacional.

4 UM BALANÇO ENTRE AS ECONOMIAS SINO-BRASILEIRAS NA DÉCADA DE 1990: A ABERTURA ECONÔMICA COMO ESTRATÉGIA DE *CATCHING-UP*

Como demonstrado na segunda seção, a Doutrina Neoliberal foi imposta aos países periféricos como receituário para o desenvolvimento econômico, e uma das suas recomendações foi a abertura unilateral dos seus mercados. No entanto, a segunda seção demonstrou que houve divergências na adoção das medidas econômicas recomendadas e adotadas por Brasil e China. Em virtude disso e para atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, surge a necessidade de comparar o grau de abertura econômica e as balanças comerciais do Brasil e China a partir dos indicadores de Esforço Exportador e Dependência das Importações.

Dessa forma, devido a inexistência de um parâmetro estatístico geral para determinar qual País é mais ou menos aberto para o mundo, na presente investigação será usado o indicador Grau de Abertura Econômica (GA) para analisar a intensidade das relações comerciais do Brasil e China. O referido indicador expressa a participação das exportações e importações, representadas respectivamente, X e M , de uma determinada região, representada por j , em um dado período, representado por t , no PIB (Cavalcante; Oliveira; Maia, 2017). A fórmula é expressa abaixo:

$$GA = \left(\frac{x_{jt} + M_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

Ademais, para analisar como a abertura econômica realizada por o Brasil e China afetou a suas respectivas balanças comerciais, faz-se necessário o complemento de outros dois indicadores, o Esforço Exportador (EE) e Dependência das Importações (DI), e relacioná-los com os indicadores do PIB, a fim de identificar qual setor da economia foi beneficiado pela abertura econômica na década de 1990.

O indicador de EE representa, de forma percentual, a parte da produção doméstica que é destinado ao mercado exterior. Ele expresso pelas exportações, representado por X , dividido pela produção doméstica, representado pelo PIB de uma determinada região, representado por j , em um dado período t (Cavalcante; Oliveira; Maia, 2017). A fórmula é expressa abaixo:

$$EE = \left(\frac{x_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

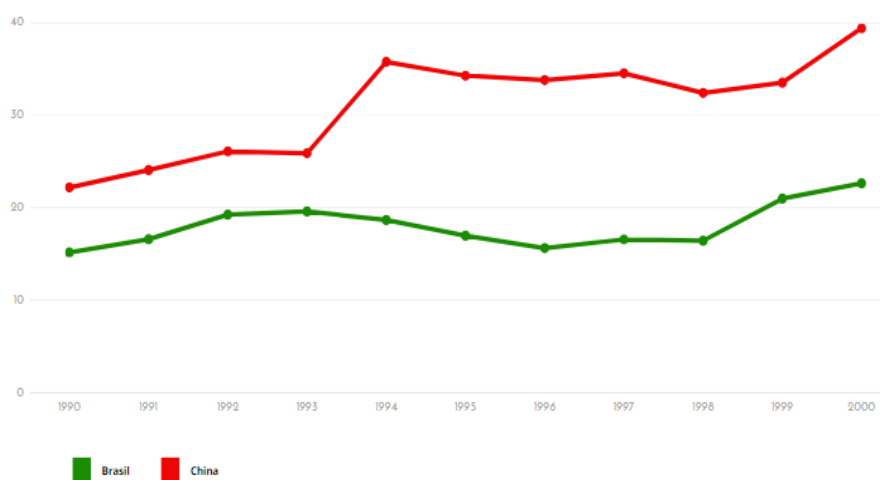
Já o DI indica a porcentagem das importações na produção interna bruta, também é conhecido como o coeficiente de penetração das importações. Nesse sentido, a DI é expressa pelas importações, representado por M , dividido pela produção doméstica, representado pelo PIB de uma determinada região, representado por j , em um dado período t (Cavalcante; Oliveira; Maia, 2017). A fórmula é expressa abaixo:

$$DI = \left(\frac{M_{jt}}{PIB_{jt}} \right) \times 100$$

Dessa forma, para calcular os três indicadores, GA, EE, DI, são necessários os dados de importação, exportação e PIB na mesma unidade monetária. Como padrão, o dólar é utilizado para as variáveis dos indicadores. Logo, para o cálculo dos indicadores são utilizados os dados fornecidos pelo BM.

A priori, ao comparar o GA entre o Brasil e China, como ilustrado na Figura 17, é notável que, apesar da China ter um GA maior que o Brasil, ambos seguiam um padrão de crescimento estável até 1993. A partir desse período é possível observar uma acentuação do crescimento chinês no ano seguinte e logo após uma estabilização, o que indica uma maior dinamização da economia chinesa com o mundo. Por outro lado, a economia brasileira apresenta um comportamento contrário, quedas consecutivas com uma volta moderada a partir de 1997, o que indica uma dificuldade da economia brasileira em se integrar com o mercado mundial.

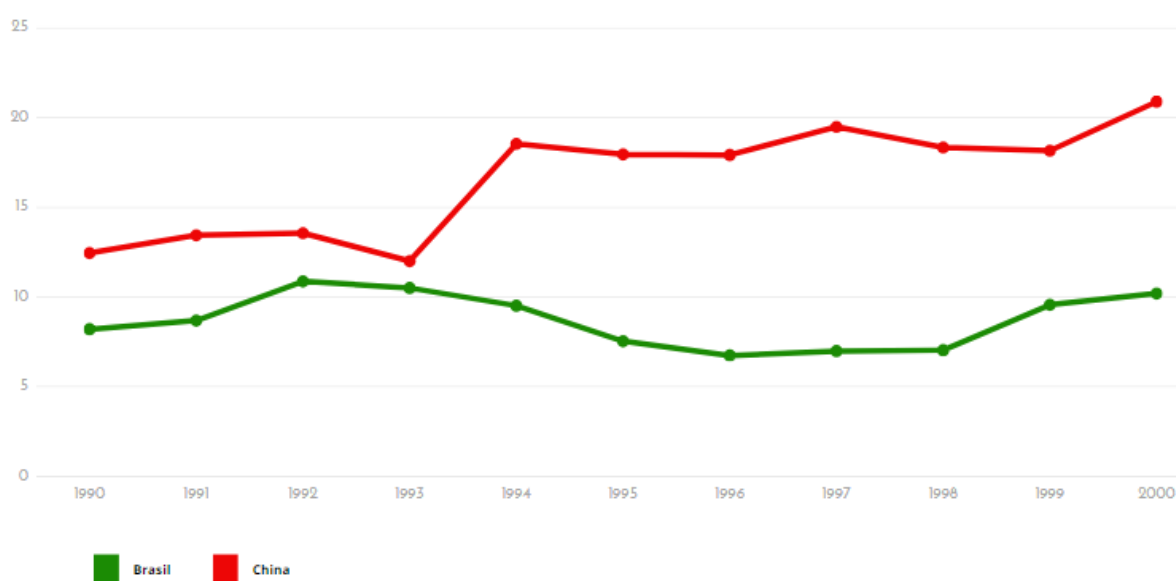
Figura 17 – GA Brasil vs GA China no período de 1990 e 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BM (2023)

Por conseguinte, para compreender os fatores que levaram à divergência do desempenho das economias no período, é necessário comparar os indicadores EE e DI separadamente. Dessa forma, ao analisar o EE, como ilustra a Figura 18, é possível observar que o ponto crucial para o rápido crescimento do GA chinês foram as suas exportações que apresentaram comportamento similar ao GA. Já no caso brasileiro, é notável a redução do EE durante os anos de 1992 a 1998, e somente volta a apresentar um percentual semelhante ao seu pico de 1993 no ano de 2000.

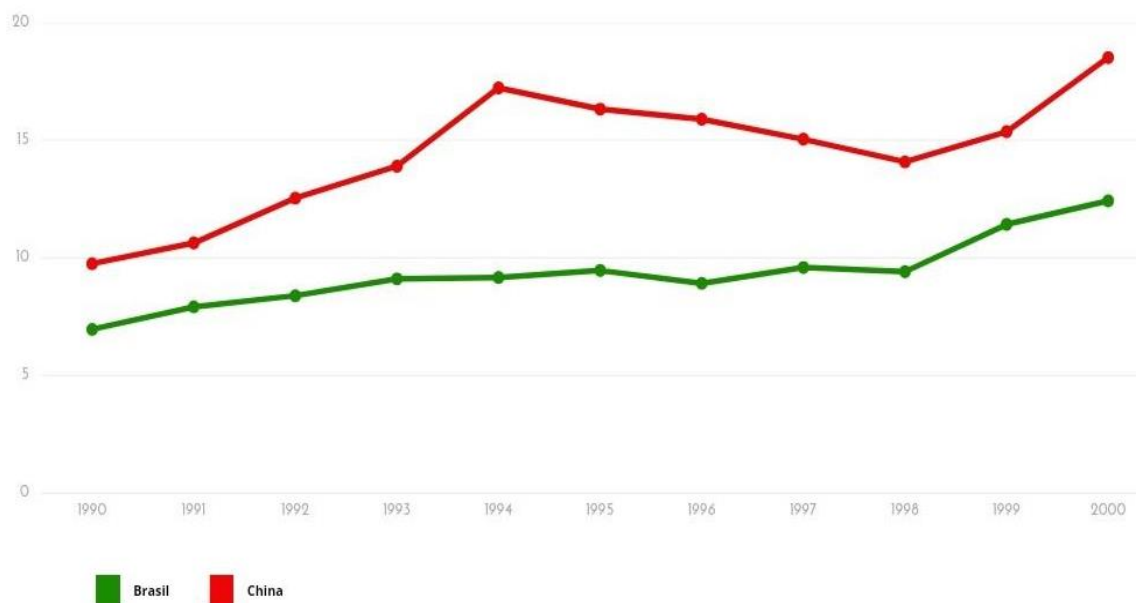
Figura 18 – EE Brasil vs EE China no período de 1990 e 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BM (2023)

Por outro lado, ao observar a Figura 19, é possível visualizar que, durante a década, a DI chinesa apresenta dois ciclos diferentes: um primeiro com elevado crescimento até o ano de 1994, para logo em seguida apresentar uma redução gradual até 1998, quando há outro repique do DI. Por sua vez, a economia brasileira apresenta um crescimento gradual durante a década, com um crescimento mais acentuado a partir de 1998. Cabe ressaltar o contexto global, visto que o ano de 1998 é marcado por a crise financeira russa e a recessão dos países asiáticos. Conforme Sapir (2002) esses eventos levaram a revisão das políticas econômicas liberais propagadas na década de 1990 que sustentavam a ideia que mercados podem operar de forma eficiente sem a presença do Estado.

Figura 19 – DI Brasil vs DI China

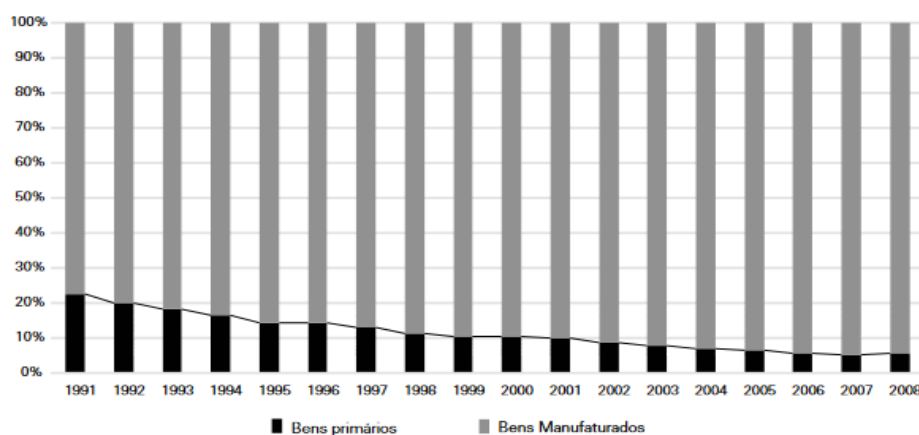


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BM (2023)

Nesse íterim, é identificado que o ano de 1994 demarca o momento em que as economias brasileira e chinesa começam a apresentar um comportamento contrário no GA, notadamente, devido ao aumento do EE chinês, simultaneamente acompanhado de uma redução do mesmo indicador no caso brasileiro. Dessa forma, cabe examinar os fatores que contribuíram para a bifurcação no comportamento indicador entre os países.

Sob essa abordagem, a abertura econômica chinesa, como apresentado na terceira seção, é um componente estratégico para consolidar seu setor industrial, notadamente, pela estratégia de atrair empresas orientadas para a exportação (Zheng; Giorgioni; Siler, 2006; Masiero; Coelho, 2014). Nesse sentido, como demonstrado na Figura 20, é perceptível uma acentuada diminuição, de 10%, da participação do setor primário nas exportações do país na década.

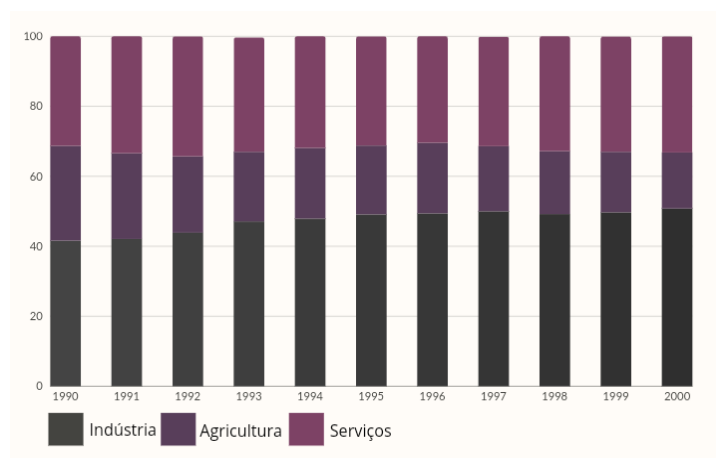
Figura 20 – Composição das exportações chinesas por produtos primários e manufaturados entre 1991 e 2008



Fonte: Masiero e Coelho (2014, p. 146)

Por conseguinte, ao analisar a participação de cada setor na economia do país, ilustrado na Figura 21, é notável que a expansão das exportações de bens manufaturados é acompanhada por um crescimento gradual até 1995, e após, ocorre a estabilização da participação da Indústria no PIB Chinês. Conforme Cano (2012), essa estabilização da participação da indústria não deve ser vista como parte de um processo de desindustrialização, pelo contrário, é parte do processo de desenvolvimento econômico. Essa mudança ocorre, visto o aumento na estrutura produtiva, e, conseqüentemente, nos empregos, induzir uma modernização e expansão no setor de serviços.

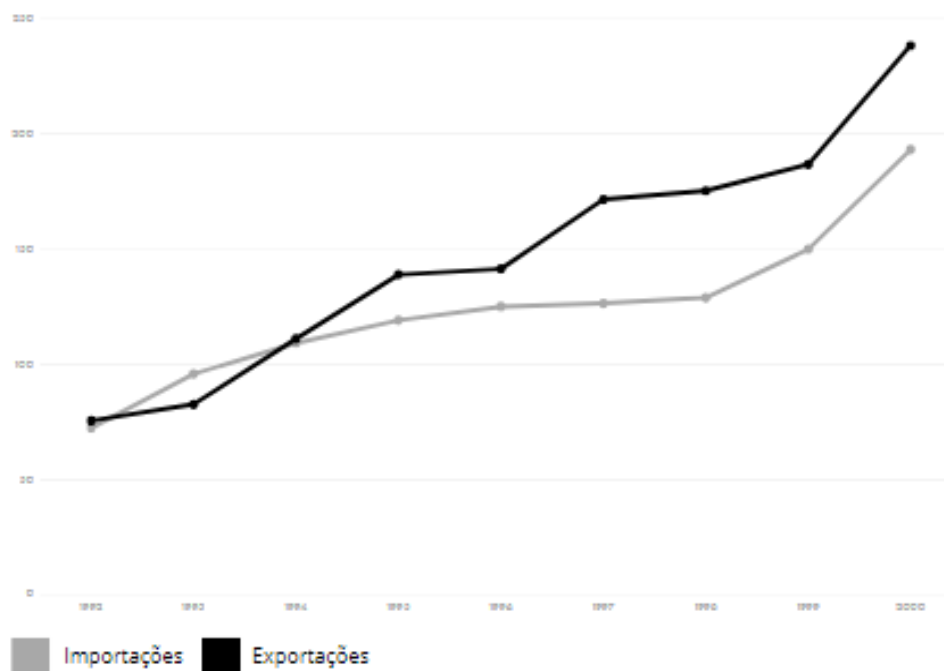
Figura 21 – Participação da Indústria, Agricultura e Serviços no valor bruto adicionado, expresso %, com base nos preços correntes



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OCDE (2023)

Ademais, conforme ilustrado na Figura 22, o ano de 1994 demarca o ano em que as exportações de manufaturas ultrapassam as importações de manufaturas. Nesse sentido, demonstra que a China conseguiu modificar sua matriz exportadora concomitantemente o processo de desenvolvimento.

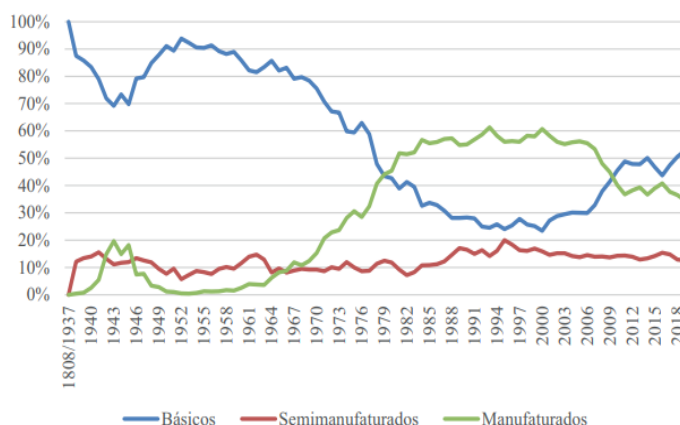
Figura 22 – Exportação vs Importações de Manufatura da China



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OCDE (2023)

Por seu turno, o quadro econômico brasileiro apresenta uma certa complexidade para a análise. Conforme observado na Figura 23, a década de 1990 apresenta uma matriz que, apesar de ser liderada por produtos manufaturados, termina por marcar a volta da reprimarização das exportações brasileiras (Lopes, 2020). Para entender essa curva e troca de posição, importa reiterar que a adoção das diretrizes econômicas da doutrina neoliberal tem como base a lógica das vantagens comparativas, que rompe com os projetos de industrialização, ao passo que valida a pauta exportadora centrada em *commodities* e, como demonstrado na seção anterior, não cumpre com os objetivos de promoção do aumento da produtividade e desenvolvimento tecnológico.

Figura 23 – Exportação brasileira por fator agregado em % (1808 a 2019)

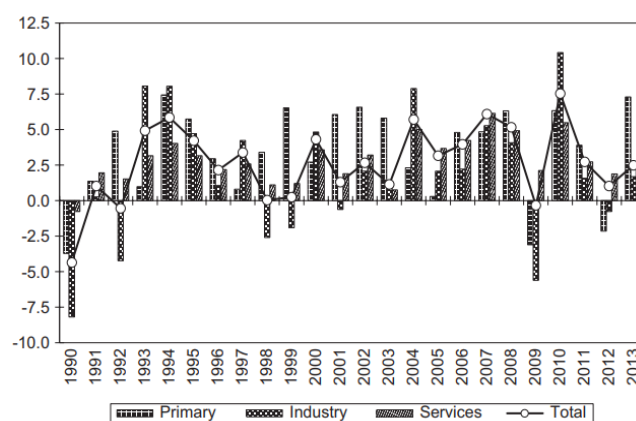


Fonte: Lopes (2020, p. 186)

Dessa forma, a liderança das manufaturas, durante a década de 1990, é apenas uma herança do período do milagre econômico brasileiro e da política de substituição de importações. No novo contexto, do Consenso de Washington e da agenda econômica neoliberal, a liderança das manufaturas na pauta de exportações não consegue se sustentar devido a adoção de medidas que inibiram a atividade industrial. Essa interpretação dos dados está de acordo com o que Cano (2012), destaca sobre as principais medidas que comprometem a competitividade da indústria de transformação: (i) o câmbio extremamente valorizado, (ii) a abertura comercial incoerente, (iii) as taxas de juros excessivamente altas e (iv) a entrada deliberada de investimento estrangeiro direto.

É possível observar que a falta de um planejamento industrial assertivo tornou a atividade industrial insustentável, como pode se observar na Figura 24, com a queda do PIB do setor secundário e o aumento do setor primário (Colombo, Sartório, Felipe, 2023).

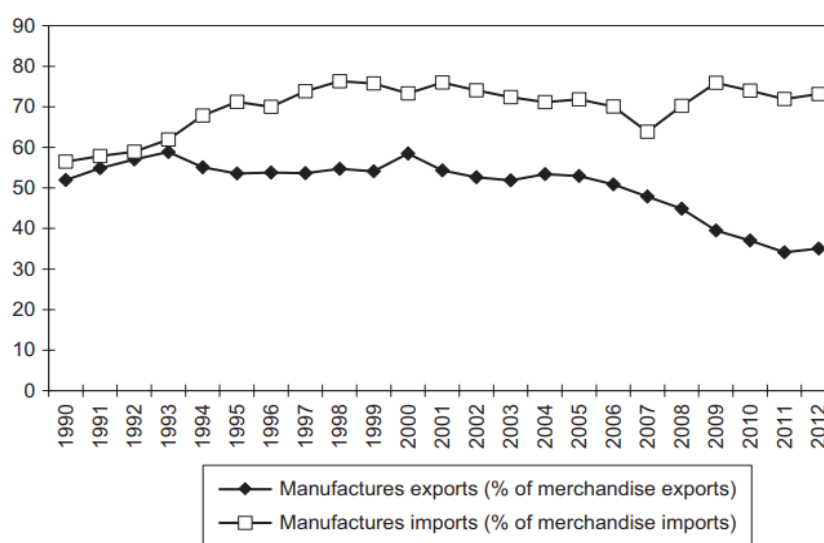
Figura 24 – Indústria de transformação (% do PIB), Brasil, 1947-2001



Fonte: Borghi e Sarti (2019, p. 28)

Diante desse cenário, Borghi e Sarti (2019) identificam que o ano de 1994 demarca a diminuição do EE, e consequentemente do GA, brasileiro por causa da estabilização dos preços, resultante do Plano Real, acompanhado de uma diminuição da atividade econômica industrial. Esse fenômeno desencadeou um aumento abrupto na demanda, absorvido majoritariamente por importações. Conforme representado na Figura 25, o ano 1994 representa uma inflexão entre as exportações e importações de manufaturas.

Figura 25 – Exportação vs Importações de Manufatura Brasil



Fonte: Borghi e Sarti (2019, p. 39)

Com o exposto é possível observar que a abertura econômica da década de 1990 foi acompanhada por momento de inflexão nas estruturas produtivas em cada economia, e uma clara divergência com a China caminhando para desenvolver seu parque industrial enquanto o Brasil, ao seguir a doutrina Neoliberal, passa a enveredar para sua “vocação” agrária e de reprimariza  o da economia. Dessa forma, o ano de 1994 demarca para a China a consolida  o da sua atividade industrial, originada do seu modelo de desenvolvimento baseado em empresas orientadas para exporta  o. Ao contrário do que ocorre no Brasil, quando a década 1990 demarca o declínio da atividade industrial e consequentemente a sua reprimariza  o econômica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu da seguinte pergunta de pesquisa: Como o Brasil e a China conduziram suas políticas de abertura econômica diante da expansão do Neoliberalismo na década de 1990? Para responder essa questão, a monografia partiu da hipótese de que as medidas adotadas pelo Brasil, no seu processo de abertura econômica, favoreceram o setor primário, enquanto, na China, o setor industrial foi expandido.

Para tanto, a segunda seção buscou compreender o contexto histórico que permitiu o nascimento e propagação da Doutrina Neoliberal e sua fundamentação teórica-ideológica, qual seja: inibir qualquer ação estatal na economia, pois identifica essa ação como um risco para a liberdade individual. O neoliberalismo emerge da Sociedade de Mont Pèlerin, cujos ícones são Friedrich von Hayek, com sua crítica ao *embedded liberalism*, e Milton Friedman.

Sob esse prisma, é possível observar a emergência da Doutrina Neoliberal com a adoção por potências hegemônicas, Estados Unidos e Reino Unido, em suas agendas econômica na década de 1970. E por conseguinte, na década de 1990, existe o esforço desses países, em conjunto com Instituições Internacionais, tidas como imparciais, em propagar essa doutrina aos países periféricos por meio do Consenso de Washington, um conjunto de políticas econômicas em forma de receituário para o desenvolvimento econômico.

No entanto, para compreender as economias de países periféricos, destaca-se as contribuições de Celso Furtado como substrato teórico sobre o processo de desenvolvimento econômico. Notadamente, por divergir das premissas neoliberais ao argumentar que o subdesenvolvimento não é uma condição a ser superada, mas sim uma imposição aos países periféricos. Nesse sentido, Furtado identifica as deficiências e as necessidades para que as economias periféricas superem a condição de subdesenvolvimento, enfatizando a importância da autonomia nas relações comerciais internacionais, de um sistema de governo capaz de orientar a formação de uma alta taxa de poupança, da criação de um sistema de incentivos que garanta o uso do potencial produtivo e de uma sociedade que promova inovação e diversidade cultural.

Apesar disso, a pesquisa precisou enfrentar o obstáculo de correlacionar as contribuições teóricas apresentadas por Celso Furtado com um dos objetos de pesquisa: a economia chinesa. Dessa forma, a terceira seção procurou identificar as medidas utilizadas no processo de abertura econômica realizado por Brasil e China na década de 1990 ao reconhecer que o período marcou uma bifurcação entre as economias de cada país.

Por conseguinte, foi possível observar que elementos liberais já estavam contidos na política econômica brasileira na Constituição Federal. Com o ambiente institucional favorável mediante o processo de redemocratização, a abertura econômica brasileira foi realizada à luz das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington. A pesquisa identifica que esse movimento decorre do processo de modernização iniciado no governo Collor, que buscou um alinhamento com os Estados Unidos para mudar a imagem do país terceiro-mundista do Brasil. Em consonância com a política modernizante de Collor, os governos subsequentes de Itamar Franco e FHC seguiram com medidas centrais, como o aumento na taxa de juros para atrair investimentos estrangeiros, a privatização, câmbio sobrevalorizado e a abertura comercial deliberada.

Dessa forma, a pesquisa identifica que a política de abertura econômica, iniciada com a PICE, não atingiu o seu objetivo de desenvolver tecnologicamente e aumentar a produtividade da indústria, pelo contrário, foram responsáveis por o processo de reprimarização da economia brasileira. Como foi possível observar, as medidas centrais do processo de abertura econômica prejudicaram a atividade econômica no setor industrial, o qual houve uma acentuação na heterogeneidade produtiva e um aumento no gap tecnológico. No entanto, o setor que apresentou crescimento no período foi o setor primário, dessa forma, a década é marcada pelo período de reestruturação da economia brasileira, agora voltada para uma balança comercial baseada em produtos primários.

Por outro lado, ao analisar a abertura econômica chinesa tornou-se evidente as disparidades com o processo brasileiro. O plano de abertura econômica chinesa começa em 1978 e, ao contrário da terapia de choque usado no Brasil, se deu de forma gradual e planejada, notadamente, pôr a forte presença do Estado, o que configura a maior característica do processo abertura econômica chinesa. Dessa forma, a experiência chinesa se diferencia da brasileira, para além do planejamento estatal no seu processo de abertura econômica, em virtude da sua relação com o capital estrangeiro, notadamente, ao considerar o IED como principal forma de financiamento externo, entretanto, não mundializou sua esfera produtiva, para que esse influxo de capital estrangeiro não provocasse desequilíbrios econômicos

Nesse sentido, a década de 1990 demarca a fase do aprofundamento das reformas chinesas, destaca-se aqui a forma pragmática a qual a China conduziu esse período, de forma a buscar o seu desenvolvimento sem aspirar a construção de uma ordem hegemônica, ou confrontar o *status quo* de outros países. É possível observar o sucesso das políticas econômicas do período, notadamente pelo aumento da entrada de IEDS, surgimento das *supply chain cities* e a balança comercial que apresentou superávits na década. Entretanto, evidenciou

problemáticas futuras que o governo chinês, já que as regiões não favorecidas por essas políticas econômicas apresentam alta disparidade econômica com as demais.

Dessa forma, ao identificar as formas como as políticas de abertura econômica ocorrem entre o Brasil e China, o quarto capítulo se propõe a verificar o impacto dessa abertura por meio de uma análise das balanças comerciais e correlacionar com os PIB setoriais. Primeiramente, após comparar o GA de ambas as economias, é visível que o ano de 1994 foi o marco da bifurcação de ambas as economias. Ao seguir com a análise dos indicadores de EE e DI, fica evidente os comportamentos contrários de ambas as economias.

Ao verificar o caso brasileiro, é perceptível o panorama econômico que foi influenciado pelas políticas de abertura econômica como ferramenta para a estabilização monetária, que mesmo com o crescimento da produção primária, esta não consegue suportar o padrão de consumo nacional. Dado uma série de déficits na balança comercial após aumento da demanda com a estabilização de preços em 1994. Isso ocorre devido à demanda por itens industrializados aumentar num contexto de atividade industrial em declínio, sendo assim, é absorvida pelo mercado externo, e como identificado na pesquisa, a especialização apenas em itens primários condiciona uma deterioração dos termos de troca, devido ao seu baixo valor agregado.

Doutro modo, ao adotar a estratégia de financiamento externo via IEDs, a China logrou superar a concepção de Furtado, sobre a necessidade de primeiramente desenvolver o setor industrial para, posteriormente, orientar-se para o mercado externo. O caso chinês revolucionou esse paradigma, ao demonstrar que o processo de industrialização e mudança da matriz exportadora podem ocorrer concomitantemente. Ademais, o caso chinês evidencia que as importações não representam um enclave para o processo de desenvolvimento caso sejam acompanhados do crescimento das exportações do setor correspondente.

Por fim, a hipótese central da pesquisa de que a abertura econômica realizada no Brasil favoreceu o setor primário da economia, por outro lado, a China fortaleceu o seu setor industrial se provou correta. Enquanto a China conseguiu um aumento gradual na sua atividade industrial, por outro lado a década de 1990 foi a consolidação do rompimento do modelo desenvolvimentista industrial e marcou a volta da reprimarização no país.

É possível observar também, que as medidas adotadas pela China vão de encontro com as premissas formuladas por Furtado. Dessa forma, destaca-se a implementação de uma gestão empresarial eficiente, capaz de otimizar as capacidades produtivas e promover inovações no país, aliada à autonomia nas relações comerciais internacionais, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico da época, como evidenciado na trajetória do Brasil.

No entanto, ao contrário do que ocorreu na China, as medidas adotadas pelo Brasil para resolver a hiperinflação da década resultaram na condenação das capacidades produtivas industriais do país. Uma vez que o uso da terapia de choque promoveu não o desenvolvimento da economia brasileira, e sim, o aumento significativo da penetração de produtos importados. O provoca a substituição do problema inflacionário, por uma crise na balança de pagamentos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de P. WERNECK, Rógerio L. F. ESTABILIZAÇÃO, ABERTURA E PRIVATIZAÇÃO, 1990-1994. In: ABREU, Marcelo P(Org). **A ordem do progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014
- ACIOLY, Luciana. **CHINA: Uma Inserção Externa Diferenciada**. Economia Política Internacional: Análise Estratégica, n. 7, 2005.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, p. 9-23. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ASHFORD, Robert. **Milton Friedman's Capitalism and Freedom: A Binary Economic Critique**. Journal of Economic Issues, Vol. 44, No. 2, 2010.
- BAER, W. **A Economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: s.n. 1994.
- BEESON, Mark. **East Asia, the International Financial Institutions and Regional Regulatory Reform: A Review of the Issues**. Journal of the Asia Pacific Economy, 2003.
- BEESON, Mark. ISLAM, Iyanatul. **Neo-liberalism and East Asia: Resisting the Washington Consensus**. The Journal of Development Studies, Volume 41, 2005
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Contraponto, 1995.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio. In: PREBISCH, R.; GURRIERI, A. **O manifesto latino-americano**. Contraponto, 2011.
- BORGES, Thalita. ROMERO, João P. SILVEIRA, Fabrício. **Abertura comercial, produtividade e emprego no Brasil**. Revista de Economia Política 43 (4), 2023
- BORGHI, Roberto. SARTI, Fernando. **Domestic Demand and Foreign Trade: The Brazilian Growth Trajectory**. International Integration of the Brazilian Economy, 2019.
- BRANDÃO, C. A. Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias. In: SOUSA, C. M; THEIS, I. M; BARBOSA, J. L. (Org.). **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações): vol. 1** [online]. Campina Grande:EDUEPB, 2020
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise da América Latina: consenso de Washington ou crise Fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Método e paixão em Celso Furtado. In: SOUSA, C. M; THEIS, I. M; BARBOSA, J. L. (Org.). **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações):** vol. 1 [online]. Campina Grande:EDUEPB, 2020

CAVALCANTE, A. OLIVEIRA, T. MAIA, A. **Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações:** Uma Análise Comparativa do Ceará com os Estados e Regiões Brasileiras. Textos para discussões, 2017.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil.** Economia E Sociedade, 21(spe), 2012.

CARVALHO, Paula. NOGUEIRA, Isabela. **The role of the State on foreign direct investment regulation in China.** Revista de Economia Política 43 (1), 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **'O tempo é o senhor da razão'?** a política externa do governo Collor, vinte anos depois. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

CASTRO, A. C.; MENEZES, Henrique Z. As contribuições de Celso Furtado para a Economia Política Internacional e a análise do desenvolvimento latino-americano. In: Celso Pinto Mangueira; Marcia Cristina Silva Paixão. (Org.). **Celso Furtado 100 anos:** coletânea de ensaios em sua homenagem. 1ed.João Pessoa: Editora UFPB, 2021

CASTRO, L. B. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos 90. In: **Economia brasileira contemporânea [1945-2010].** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CEPÊDA, Vera Alves. **Entre a economia e a política, os conceitos de periferia e desenvolvimento em Celso Furtado.** Sinais Soc.; 7(19): 88-119, mai.ago. 2012.

CHANG, D. W. **China under Deng Xiaoping:** political and economic reform. Basingstoke: Macmillan, 1990.

CHANG, H. J. **Chutando a Escada:** a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.

CHECKEL, J. **Methods in Constructivist Approaches to International Security.** In. Simons Papers Papers in Security and Development, Nº 55, 2017

CHENG, Joseph Yu-shek. **Reform of the Economic Structure and 'One Country, Two Systems'.** The Australian Journal of Chinese Affairs No. 13,1985.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CINTRA, Maria Rita V. P. **China na América Latina:** suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação Sino-Latino-Americana no relacionamento triangular China-América Latina-EUA. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/QHsU>

COLOMBO, A. O; SARTÓRIO, S. G. P; FELIPE, E. S. **Políticas neoliberais na América Latina na década de 1990: uma análise dos aspectos econômicos do Brasil.** OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 22, n. 1, 2023.

EICHENGREEN, B. J. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo, Sp, Brasil: Editora 34, 2012.

ERBER, F. S.; CASSIOLATO, J. E. **Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 17, n. 2, p. 195–224, 1997.

FIORI, J. L. Introdução: de volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, 1999

FIORI, J. L. **Sistema Mundial e América Latina: mudanças e perspectivas**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 32(1), 2009.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo E Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **O Desenvolvimento do Ponto de Vista Interdisciplinar**. Ensaios de Opinião, Rio de Janeiro, v. 10, 1979.

FURTADO, C. **Entre Inconformismo E Reformismo**. Brazilian Journal of Political Economy 9 (4). 1989.

FURTADO, C. **A superação do subdesenvolvimento**. Economia e Sociedade, 1994

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Economia Política. v.24, n. 4 out/dez, p. 483-486, 2004

FURTADO, C. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. [1961]. In: D'AGUIAR, Rosa (org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. Cadernos Metrópole [online]. 2015.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

GEREFFI, G. **Development Models and Industrial Upgrading in China and Mexico**. European Sociological Review, Vol. 25, No. 1, 2009.

GIAMBIAGI, F. **Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos**

- FHC. In: **Economia brasileira contemporânea [1945-2010]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- GILPIN, R. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UNB, 2002.
- GOERTZ, G.; LEVY, J. S. **Explaining War and Peace**. Psychology Press, 2007.
- GUERRA O. **Política industrial e competitividade**: de Collor a FHC. Organ. Soc, 1977.
- HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 6ª Edição, 2010.
- HOBBSBAWM. E. J. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1914/1991. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.
- JABBOUR, E.. **China**: O socialismo do século XXI. Boitempo Editorial, 2021.
- JAGUARIBE, A. Brasil e China na Reorganização das Relações Econômicas Internacionais: Desafios e Oportunidades. In: FUNAG, **Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais** - desafios e oportunidades, 2011.
- JONES, D.. **Masters of the universe**: Hayek, Friedman, and the birth of neoliberal politics. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**: Scientific Inference in Qualitative Research. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- LAZZARI, Martinho Roberto. **Investimento direto estrangeiro e inserção externa na China, nos anos 90**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p.169-204, mar. 2005
- LEÃO, Rodrigo P. Ferreira. **A Economia Política Da Transição Chinesa No Último Quartel Do Século XX**. Revista tempo do mundo, v. 4, n. 3. 2012
- LEÃO, Valdemar Carneiro. Prefácio. In: Cintra, M. FILHO, E. PINTO, E (Org). **China Em Transformação Dimensões Econômicas e Geopolíticas Do Desenvolvimento**, 2018.
- LEVY, J. S. **Case Studies**: Types, Designs, and Logics of Inference. Conflict Management and Peace Science, v. 25, n. 1, p. 1–18, 2008.
- LINS, Luiza Cristina. MARIN, Solange Regina. **Atualidade do pensamento de Celso Furtado na avaliação do desenvolvimento social da América Latina**. Cepal, 2014.
- LOPES, Victor Tarifa. **A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020.
- MA, Jung. **The Chinese Economy in the 1990s**. St. Martin's Press, Inc, 2000
- MANZATTO, Rômulo. SAES, Alexandre Macchione. **Celso Furtado, intérprete da dependência**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros [online], n. 78, pp. 182-205, 2021.
- MASIERO, Gilmar. COELHO, Diego B. **A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global**. Brazilian Journal of Political Economy [online], v. 34, n 2014.

MODIANO, Eduardo Marco. A Ópera Dos Três Cruzados, 1985-1990. In ABREU, Marcelo de P(Org). **A ordem do progresso. Dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MORAES, I. A; IBRAHIM, H. C; TAUIL, C. E. **O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empREENDEDOR ao Estado insurgente-vanguardista**. Revista Pesquisa e Debate, 2020.

MORAIS, Isabela Nogueira. Políticas De Fomento à Ascensão Da China Nas Cadeias De Valor Globais. In: Cintra, M. FILHO, E. PINTO, E (Org). **China Em Transformação Dimensões Econômicas e Geopolíticas Do Desenvolvimento**, 2018.

PALLEY, Thomas. From Keynesianism to Neoliberalism: Shifting Paradigms in Economics. In SAAD-FILHO, A; JOHNSTON, D(Org.) **Neoliberalism: A Critical Reader**. 2005

PAULA, J. A. de; ALBUQUERQUE, E. da M. e. **A formação do pensamento de Celso Furtado, o imperativo tecnológico e as metamorfoses do capitalismo**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 19, p. e0200027, 2020.

PAULANI, Leda. **Neoliberalismo e Individualismo**. Economia e Sociedade, Campinas, (13): 115-118 127, dez. 1999.

POSSAS, M.L. **Para uma releitura teórica da Teoria Geral**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 16, nº 2, 1986

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Editora Record, 2000.

PREBISCH, Raúl. Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Economico. 1952. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Editora Record, 2000

PRETO, Affonso Ouro. China Brasil. In: FUNAG, **Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais** - desafios e oportunidades, 2011.

QIAN, Yingyi. **The Process of China's Market Transition (1978-1998):** The Evolutionary, Historical, and Comparative Perspectives. Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE) / Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft, Vol. 156, No. 1, 17th, 2000.

RODRIGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Editora Record, 2009

ROSEN, S. **China in 1987: The Year of the Thirteenth Party Congress**. Asian Survey, Vol. 28, No. 1, 1988.

ROSENBERG, N. **Adam Smith on the Division of Labour: Two Views or One?** Economica, New Series, Vol. 32, No. 126, 1965. Asian Survey, Vol. 28, No. 1, 1988.

RUGGIE, J; ABDELAL, R. **The Principles of Embedded Liberalism**: social legitimacy and global capitalism. In: **New Perspectives on Regulation**. Cambridge: Tobin Project, 2009

SAAD-FILHO, A. The Political Economy of Neoliberalism in Latin America. In: SAAD-FILHO, A; JOHNSTON, D(Org.) **Neoliberalism: A Critical Reader**. 2005

SAICH, T. **The Fourteenth Party Congress**: A Programme for Authoritarian Rule. The China Quarterly, No. 132, 1992.

SAICH, T. **From rebel to ruler**: one hundred years of the Chinese Communist Party. Cambridge: Harvard University Press, 2021

SALLES, F. C. **A nova face das políticas de desenvolvimento do Banco Mundial**: do ajuste estrutural para a boa governança. Rev. Carta Inter., v. 11, n. 2, 2016.

SAMBATTI, A. P. RISSATO, Denise R. BRANDENBURG. Augusto C. **Investimento externo direto e a inserção internacional dos países em desenvolvimento**: a experiência da China e do Brasil. Revista Capital Científico, v. 9, n. 1, 2011.

SANTOS, T. dos. **O neoliberalismo como doutrina econômica**. Revista Econômica, volume 1, número 1, Niterói, 1999

SAPIR, Jacques. **The Russian Financial Crisis as it Points up the Failures of Liberalization**. Diogenes, 49(194), 2002.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. [s.l.] Editora Nova Cultural Ltda., 1997.

SHENG, H.; NONG ZHAO. **The nature, performance, and reform of state-owned enterprises**: a China's case. Singapore ; London: World Scientific, 2012.

SHIRK, S. L. **The political logic of economic reform in China**. Berkeley ; Los Angeles ; Oxford: University Of California Press, Cop, 1993.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**, 1776.

STRANGER, S. **International economics and international relations**: a case of mutual neglect'. International Affairs 46:2: 304-315. 1970.

SZMRECSÁNY, T. Celso Furtado. In: SOUSA, C. M; THEIS, I. M; BARBOSA, J. L. (Org.). **Celso Furtado**: a esperança militante (Interpretações): vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

VAN HORN, R.; NIK-KHAH, E. Planning the 'Free' Market: The Genesis and Rise of Chicago Neoliberalism. In: CAHILL, D.; COOPER, M.; KONINGS, M.; PRIMROSE, D. (Org.). **The SAGE Handbook of Neoliberalism**. SAGE Publications Ltd, 2018.

WALLERSTEIN, I. **Dependence in an Interdependent World**: The Limited possibilities of Transformation within the Capitalist World. African Studies Review, African Studies Review, Vol. 17, No. 1, 1974.

WEBER, I. **How China escaped shock therapy the market reform debate.** [s.l.] Abingdon, Oxon New York, N.Y Routledge, 2021.

YANG, Guangbin. **Still a Century of the Chinese Model?** Exploring Dimensions of Democratic Centralism. Chin. Polit. Sci. Rev, 2016

ZHANG, Xiaojing; CHANG, Xin. **The Logic of Economic Reform in China**, 2016.

ZHENG, P. GIORGIONO, G. SILER, P. The impact of FDI on economic growth in China's regions. In: CHEN, Jian; YAO, Shujie(Org.) **Globalization, Competition and Growth in China**. 2006.

ANEXO

ANEXO A – Abertura Econômica Brasil

Tabela 4 – Abertura Econômica Brasil

Ano	Importações	Exportações	PIB	GA	EE	DI
1990	\$32.355.638.464,14	\$38.116.263.322,70	\$464.989.089.141,85	15,16%	8,20%	6,96%
1991	\$32.269.476.008,84	\$35.381.245.529,03	\$407.729.053.018,91	16,59%	8,68%	7,91%
1992	\$32.749.252.757,10	\$42.447.991.173,34	\$390.566.561.752,67	19,25%	10,87%	8,39%
1993	\$39.867.937.219,57	\$46.035.787.618,09	\$438.299.504.463,02	19,60%	10,50%	9,10%
1994	\$50.043.840.137,65	\$51.963.253.558,58	\$546.229.749.726,26	18,67%	9,61%	9,16%
1995	\$72.744.966.690,88	\$57.922.145.078,10	\$769.333.330.439,52	16,98%	7,53%	9,46%
1996	\$75.733.720.724,31	\$57.235.482.141,08	\$850.426.432.991,74	15,64%	6,73%	8,91%
1997	\$84.722.106.138,73	\$61.680.043.692,36	\$883.206.452.832,81	16,58%	6,98%	9,59%
1998	\$81.258.662.205,05	\$60.723.205.296,49	\$863.711.007.338,68	16,44%	7,03%	9,41%
1999	\$68.462.744.050,69	\$57.355.154.457,51	\$599.642.075.039,05	20,98%	9,56%	11,42%
2000	\$81.614.529.571,00	\$66.777.376.062,35	\$655.488.188.246,11	22,64%	10,19%	12,45%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BM (2023)

ANEXO B – Abertura Econômica China

Tabela 5 – Abertura Econômica China

Ano	Importações	Exportações	PIB	GA	EE	DI
1990	\$35.175.962.765,99	\$44.932.593.765,99	\$360.857.912.565,97	22,20%	12,45%	9,75%
1991	\$40.752.443.972,13	\$51.511.461.986,06	\$383.373.318.083,62	24,07%	13,44%	10,63%
1992	\$53.543.909.262,17	\$57.870.749.262,17	\$426.915.712.715,86	26,10%	13,56%	12,54%
1993	\$61.828.975.141,19	\$53.358.340.206,70	\$444.731.282.435,52	25,90%	12%	13,90%
1994	\$97.249.963.761,15	\$104.606.927.340,68	\$564.321.876.346,39	35,77%	18,54%	17,23%
1995	\$119.900.586.722,81	\$131.858.562.858,60	\$734.484.863.889,39	34,28%	17,94%	16,32%
1996	\$137.262.289.740,11	\$154.812.342.511,43	\$863.749.314.718,54	33,81%	17,92%	15,89%
1997	\$144.623.529.229,64	\$187.446.663.138,91	\$961.602.019.650,62	34,53%	19,49%	15,04%
1998	\$144.914.434.026,02	\$188.751.344.128,44	\$1.029.060.706.187,88	32,42%	18,34%	14,08%
1999	\$168.058.444.263,25	\$198.699.399.640,02	\$1.094.010.482.677,39	33,52%	18,16%	15,36%
2000	\$224.306.125.263,17	\$253.091.962.354,31	\$1.211.311.627.479,00	39,41%	20,59%	18,52%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BM (2023)